

Donas-de-casa e domésticas ainda longe da Previdência

- Um ano após incentivo fiscal, faltam dados sobre carteiras de trabalho das empregadas domésticas
- Alíquota menor pode garantir inclusão de donas-de-casa de baixa renda no sistema previdenciário
- As atividades domésticas geram riqueza e acrescentam quase 13% ao produto interno bruto brasileiro

PÁGINAS 8 E 9

J. MATOS/BRAZILIAN VOICE



Os direitos políticos de quem muda de país

Três projetos sugerem aumentar direitos dos estrangeiros que vivem no Brasil. Na segunda reportagem da série, o **Jornal do Senado** apresenta ainda uma radiografia da comunidade brasileira nos Estados Unidos. Já as eleições municipais no Brasil devem renovar os quadros políticos. Começa contagem regressiva para escolha de candidatos.

PÁGINAS 6 E 7

Multidão de brasileiros em Nova York: há cerca de 2,3 milhões nos Estados Unidos

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

Sai parecer sobre reforma tributária

Francisco Dornelles apresenta nesta quinta-feira relatório preliminar sobre a reforma tributária.

PÁGINA 3

Reajuste do salário mínimo entra na pauta

PÁGINA 2

CPI enfrenta dilema sobre quebra de sigilos

A presidente da CPI dos Cartões Corporativos, Marisa Serrano, manteve para esta quarta-feira a votação dos requerimentos de quebra de sigilo de gastos de funcionários da Presidência da República com cartões corporativos.

PÁGINAS 4 E 5



O relator Luiz Sérgio e Marisa Serrano, presidente da CPI

cidadania

Quando o animal silvestre pode ser bicho de estimação

Adquirir um animal silvestre sem autorização legal é crime, punível com detenção e multa. Alguns bichos, porém, podem ser criados com segurança e dentro da lei, com a devida autorização do Ibama. Saiba mais neste *Especial Cidadania*.

PÁGINA 16

CONGRESSO



Garibaldi (E), com Jucá: votação do Orçamento impediu a análise de vetos presidenciais

Agripino cobra definição sobre MPs

O líder do DEM, José Agripino (RN), apoiou na quarta-feira passada a reivindicação do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), de estabelecimento de rodízio na escolha dos relatores para as medidas provisórias (MPs).

Agripino também defendeu o disciplinamento da edição de tais “projetos de lei com força de lei” pelo governo. Referindo-se a compromisso assumido pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, de reformular o rito de tramitação das MPs no Congresso, Agripino disse que é fundamental condicionar sua eficácia à aprovação pelo Congresso Nacional.

O senador sugeriu que a eficácia da MP seja subordinada à aprovação de sua urgência,

relevância e constitucionalidade pelas comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado. Essas comissões, disse o senador, devem ter como obrigação prioritária examinar se a MP é urgente ou relevante. Caso não seja, a medida cairia sem ter eficácia.

– Duvido que o Planalto continue editando duas medidas provisórias por semana – frisou.

O parlamentar criticou ainda o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), por haver solicitado, na semana passada, a retirada de uma MP que transcorria a pauta visando antecipar a votação da TV pública. Para Agripino, a atitude de Jucá foi injustificável diante do fato de a MP que foi retirada ter sido considerada urgente, constitucional

e relevante na Câmara.

Jucá, por sua vez, negou em Plenário que tenha havido, na semana passada, “esperteza ou rolo compressor do governo” durante a votação da TV Brasil.

– Eu não podia ficar quieto vendo uma matéria importante, no entendimento do governo, ser rejeitada por conta de manobras para atrasar a votação. Eu não agi espertamente; agi de acordo com o regimento. Fomos para o embate democrático e o governo venceu – alegou.

Romero Jucá disse que vai defender o rodízio de relatorias de projetos nas comissões, mas fazendo valer a posição da maioria, “como fazem os democratas na CCJ” e os tucanos nas comissões que eles presidem.

Pedro Simon alerta para necessidade de acordo

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a necessidade de um acordo entre os partidos governistas e da oposição para disciplinar a edição de medidas provisórias. Segundo ele, apenas negociações entre membros da base do governo e o Planalto não serão suficientes para solucionar o problema.

– O presidente da Câmara vai falar com o presidente da República para tentar encontrar uma solução. Parece que a resposta será esta: vai ficar tudo como querem,

tudo como estava. Se ficar tudo como estava, não sei como terminará – disse.

Criticando a MP que criou a TV Brasil, por considerá-la em desacordo com a exigência constitucional de urgência, Simon sugeriu que as duas Casas do Congresso devolvam todas as medidas que não atenderem a tal preceito legal.

Para Mário Couto, Plenário vazio é culpa do Executivo

Mário Couto (PSDB-PA) reclamou do pequeno número de senadores no Plenário na quarta-feira passada. E avaliou que a situação é reflexo do excesso de medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo. Ele disse que os senadores não podem votar projetos de lei importantes porque a pauta de votações está quase sempre trancada devido às MPs.

Mário Couto afirmou ainda que as MPs que abrem créditos extraordinários desrespeitam a Constituição, segundo a qual a abertura desse tipo de crédito só é permitida para “atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS) concordaram com a avaliação de que o excesso de medidas provisórias atrapalha as atividades da Casa. Para Cristovam, as MPs são usadas hoje “como uma forma de desmoralizar o Congresso”. Paim disse que elas impedem “a votação de projetos importantes para o povo”.

A alternativa de Dornelles à reforma tributária

A Subcomissão Temporária da Reforma Tributária marcou para esta quinta-feira, às 10h, reunião para apresentação da versão preliminar de seu relatório, elaborada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O parlamentar deverá expor uma proposta alternativa à encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso.

Criada a partir de requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que a preside, a subcomissão já realizou nove audiências públicas. Em três delas compareceu Bernard Appy, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. No último debate de que participou, em outubro de 2007, Appy apresentou, ao lado do secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, as linhas gerais do projeto de reforma tributária, posteriormente encaminhado pelo governo ao Poder Legislativo.

A Subcomissão da Reforma Tributária já foi prorrogada duas

vezes e tratou de debater, logo após a primeira audiência com Appy, os interesses estaduais na matéria. Participaram dos encontros seguintes, dentre outros, diversos secretários estaduais e municipais da Fazenda (ou cargo equivalente).



Francisco Dornelles deve apresentar versão preliminar do relatório nesta quinta-feira

PSDB não indicará senador para Comissão de Orçamento

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), comunicou ao Plenário, na terça-feira passada, que não designará nenhum senador para integrar a Comissão Mista de Orçamento (CMO), que, na próxima semana, renovará os seus 30 deputados e dez senadores titulares e o mesmo número de suplentes.

Virgílio pediu ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, que não faça a designação em nome do PSDB, lembrando que o presidente da Casa só é obrigado a indicar senadores em nome dos partidos quando se trata de CPIs.

Na semana anterior, o líder já havia retirado os representantes do PSDB da Comissão de Orçamento em protesto contra os métodos de trabalho da comissão. A decisão foi tomada no auge das discussões sobre o Anexo de Metas e Prioridades do Orçamento de 2008, que, conforme denúncia da imprensa, teria recebido emendas individuais de 95 parlamentares, em detrimento dos outros 499 deputados e senadores.

Virgílio defendeu o fim da CMO, com o projeto orçamentário passando a ser examinado apenas pelas comissões técnicas permanentes do Congresso.

Para presidente, aprovação do Orçamento evita medidas provisórias

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse acreditar que a conclusão do processo de votação do Orçamento 2008, enviado na terça-feira passada ao Executivo, vai barrar o envio ao Congresso de medidas provisórias para abertura de créditos. Diante do atraso na apreciação da peça orçamentária, ministros do governo ameaçaram recorrer a MPs para garantir os recursos necessários à execução de obras consideradas prioritárias.

Garibaldi ressaltou, porém, que o efeito será apenas temporário. Para ele, uma mudança efetiva na tramitação das medidas provisórias depende

da aprovação, pela Câmara, da proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05) que altera o rito de tramitação dessas matérias no Congresso.

Já o senador Sérgio Guerra (PE), presidente nacional do PSDB, afirmou que o governo vem cometendo “fraudes”, com apoio de sua base no Congresso, ao editar medidas provisórias que abrem créditos extraordinários ao próprio governo. Explicou que o artigo 167 da Constituição prevê que o Executivo só pode pedir ao Congresso tais créditos para despesas “imprevisíveis” e “urgentes”.



Simon: entendimento tem que envolver governo e oposição

Garibaldi anuncia exame de vetos para esta semana

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a sessão do Congresso destinada à análise dos vetos presidenciais será marcada para esta semana.

Há duas semanas, uma sessão destinada a esse fim foi adiada para facilitar a votação do Orçamento de 2008.

– O Orçamento, até agora, impediu a votação dos vetos. Mas vai ser logo depois da Semana

Santa – garantiu.

Há 996 vetos a 159 matérias pendentes de deliberação. Os parlamentares analisarão, num primeiro momento, uma lista de 74 itens vetados em 19 projetos sobre os quais há consenso.

Entre eles, consta o veto integral ao projeto de lei do Senado (PLS 307/95) que transfere do Ministério do Trabalho para a Federação Nacional dos Jornalistas

(Fenaj) a atribuição de realizar o registro de jornalista, indispensável ao exercício da profissão.

Garibaldi explicou por que o Senado decidiu suspender os trabalhos na quinta-feira da Semana Santa.

– Os mais devotos vão rezar, e os que querem descansar vão descansar. Isso faz parte, existe há muito tempo. Eu vou fazer as duas coisas – disse.

INVESTIGAÇÕES De acordo com ministro da CGU, em apenas 4% das denúncias foram constatadas irregularidades

Hage considera cartões transparentes

O ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, defendeu, em reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, o uso dessa forma de suprimento de fundos por funcionários públicos. Ele considera que o cartão corporativo dá mais transparência aos gastos do que as contas tipo B, usadas anteriormente e operadas com cheques. O ministro propôs ainda a extinção dessas contas.

Hage, no entanto, disse ser contra o uso de cartão corporativo por ministros de Estado e sugeriu que as viagens dessas autoridades voltem a ser financiadas por diárias fixas. Para ele, não há porque fornecer um cartão para que um ministro pagar hospedagem e depois questionar se é válido ficar “nesse ou naquele hotel”. Hage considera melhor que o ministro receba a diária e pague a diferença do próprio bolso, se quiser ficar em um hotel mais luxuoso.

O ministro reconheceu que os saques em dinheiro – feitos com cartões ou em contas tipo B



O cartão de crédito corporativo permite maior controle de gastos do que as contas operadas por cheque, afirma Jorge Hage

– são os mais difíceis de ser fiscalizados. Mas destacou que, em alguns órgãos, eles são necessários, por atuarem em segredo ou no interior do país. Ele citou como exemplos a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesses casos, afirmou Hage, o controle terá que ser feito “com lupa”.

– Mas mesmo nos órgãos que

atuem em grandes cidades, algum pagamento em espécie sempre terá que ser feito, como, por exemplo, o conserto de um pneu que estoura ou o envio de uma correspondência – assinalou.

Ele informou também que a Presidência da República e os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa não estão sob a jurisdição da CGU. De acordo com Hage, essas exce-

ções foram criadas em 2001. E não quis opinar sobre a possível quebra de sigilo de gastos feitos por funcionários da Presidência com cartões de crédito.

Estão ainda em apuração 26% das denúncias

Hage afirmou que a imprensa noticiou denúncias que, quando foram cheçadas pela Controladoria Geral da União, não se comprovaram. Segundo o ministro, apenas 4% das denúncias feitas pela imprensa renderam investigações que efetivamente confirmaram irregularidades e 26% ainda estão em apuração.

– O folclórico, o pitoresco sempre chama atenção. Se fala em uma farra, mas estão fazendo a escandalização do nada – disse, salientando, porém, a importância da fiscalização feita pela imprensa.

Hage informou que a auditoria sobre os gastos do ministro do Esporte, Orlando Silva, ainda não foi concluída. O ministro atribuiu a um preconceito as críticas feitas ao ministro, por se referirem à compra de uma tapioca, uma comida nordestina.

– Se tivesse sido um sanduíche do McDonald’s, pago no Rio ou em São Paulo, não teria tanto apelo quanto teve por ter sido tapioca – comparou.

O ministro da CGU informou que o erro do pagamento da tapioca foi que ele ocorreu em Brasília e o cartão de pagamento não poderia ser usado para comprar alimentação na capital, mas apenas em viagens.

Ainda sobre irregularidades encontradas no uso de cartões corporativos por ministros, Hage informou que o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, devolveu ao Tesouro R\$ 512, embora devesse retornar só a metade. A exigência de devolução do dinheiro ocorreu por Gregolin pagar refeições para terceiros.

Já a ex-ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade, teve que devolver aos cofres públicos o total de R\$ 2.815. A CGU deu prazo de 30 dias para que Matilde justifique o gasto de outros R\$ 19 mil. Esse montante também poderá ter que ser devolvido.



Vanda da Silveira diz que gastos do Planalto têm peculiaridades que precisam ser observadas

TCU não encontra gastos pessoais na Presidência

A chefe da 6ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Vanda Romano da Silveira, afirmou à CPI que, em três auditorias realizadas desde setembro de 2002, o TCU não encontrou despesas de funcionários da Presidência da República “que pudessem ser de cunho irrestritamente pessoal”.

Os gastos, disse a secretária, têm peculiaridades, já que a compra de gêneros alimentícios e bebidas sofisticados para recepções a chefes de Estado, por exemplo, pode ser necessária.

Segundo Vanda, a auditoria indicou também que a “grande pulverização de gastos” torna importante que o controle dos pagamentos seja feito pelo próprio órgão gestor, sistemática que vem sendo aprimorada.

Ela informou ainda que foram identificados erros esporádicos, basicamente “enquadramento indevido de suprimento de fundo” e notas irregulares. O TCU recomendou restringir saques em espécie, reexaminar a necessidade de locação de veículos e especificar melhor a compra de gêneros alimentícios.

Procurador do MP propõe fiscalização mais rígida

“Os cartões corporativos se tornaram uma maneira muito fácil de se gastar. Mas, sendo assim, é preciso que o controle também seja mais rígido”, opinou o procurador do Ministério Público (MP) junto ao TCU Marinus Eduardo de Vries Marsico.

Autor do pedido de liminar para que o TCU suspendesse provisoriamente o uso de cartões corporativos por funcionários do governo, Marsico relatou à CPI que o foco do MP nunca foi analisar os dados relativos às despesas com cartões, mas apenas sua sistemática de uso. No entanto, a partir do momento em que foram encontradas despesas consideradas “impróprias”, passou-se a analisar também esses gastos.

– Observamos também a utilização do cartão para fracionamento de despesas que poderiam ser feitas por meio de licitação e ainda o recebimento de notas fiscais não idôneas, frias – explicou.

Entre os maiores problemas encontrados pelo Ministério Público, está, segundo o procurador, a falta de controle na distribuição dos cartões pelos ordenadores de despesas dos órgãos, sem maiores exigências. O MP também estranhou o fato de algumas despesas serem consideradas sigilosas.

Já o secretário-geral de Controle Externo do TCU, Jorge Pereira de Macedo, fez um breve histórico da competência do tribunal, acentuando que a fiscalização de cada recurso aplicado indevidamente e recuperado pela instituição por meio do controle retorna em benefício da sociedade. Pelas suas contas, “para cada real aplicado no TCU, outros R\$ 5 e 20 centavos voltam em benefício da sociedade”.



Paulo Paiva era ministro do Planejamento quando o governo passou a usar cartões

Ex-ministro afirma que não permitiria saques

Co-responsável pela elaboração do Decreto 2.809/98, que permitiu a utilização de cartões de crédito corporativos por funcionários do governo federal na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro Paulo Paiva, do Planejamento, Orçamento e Gestão, disse à CPI dos Cartões Corporativos que não autorizaria saques em dinheiro por ser uma alternativa que propicia menos fiscalização.

Paiva relatou que o decreto permitiu a utilização dos cartões de crédito corporativos para a compra de passagens aéreas com desconto e diárias, para que o governo pudesse ser beneficiado pela redução de gastos com viagens de funcionários públicos.

O ex-ministro defendeu a manutenção dos cartões por serem instrumentos modernos e eficientes e por permitirem maior controle, transparência e economia de dinheiro público. Para ele, o uso dos cartões deveria ser monitorado por um mecanismo de gestão de risco, para melhorar o gerenciamento e obter maior controle social e transparência.

Paulo Bernardo defende proibição das contas tipo B

Em depoimento à CPI Mista dos Cartões Corporativos, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, defendeu um controle rígido sobre esse meio de pagamento utilizado pelo governo federal e a proibição das contas bancárias tipo B.

O ministro considera que os cartões desburocratizam o controle de gastos e simplificam a contabilidade. Já as contas tipo B têm “transparência zero”. Elas foram extintas por um decreto editado, este ano, pelo governo Lula. Conforme acrescentou, o processo de extinção deverá ocorrer de forma gradual e ser concluído até o final de junho.

Sobre os saques de dinheiro com cartão corporativo, o ministro informou terem sido limitados também por decreto. Hoje, o valor sacado em dinheiro não pode ser superior

a 30% das despesas anuais do órgão, e a operação precisa de autorização do ministro. Paulo Bernardo observou, porém, que alguns tipos de despesas – como as com táxis, pedágios ou ônibus – precisam ser feitas em dinheiro vivo e, por isso, é necessário haver saques.

O ministro também disse que o governo dispõe de 11.500 cartões corporativos, mas que, no ano passado, foram usados apenas 7.300. Ele ressaltou que a Lei 9.883/99, regulamentada pelo Decreto 4.736/02, admite a existência de ações do poder público de caráter sigiloso, viabilizadas, seja pelo uso de cartões corporativos, seja por recursos previstos no Orçamento. Segundo argumentou, todo gasto tem controle obrigatório e o fato de ser sigiloso não o exime de ser fiscalizado ou submetido a prestação de contas.



Ministro do Planejamento afirma que os mecanismos de controle sobre o uso dos cartões precisam ser aperfeiçoados

INVESTIGAÇÕES Marisa Serrano mantém votação que pode abrir dados secretos de cartões da Presidência

Dilema na CPI: quebrar sigilos ou não?

Após ter dominado os debates na semana passada, a possível quebra de sigilo dos gastos de funcionários da Presidência da República com cartões corporativos pode ser definida esta semana pela CPI que investiga irregularidades nesses gastos. Nesta terça, a comissão ouviria o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, mas ele pediu para adiar seu depoimento.

A base aliada defende que a votação dos pedidos para acesso aos dados sigilosos da Presidência aconteça somente após a oitiva com o general, mas a presidente da CPI,

senadora Marisa Serrano (PSDB-MT), manteve a votação desses requerimentos para esta quarta. O relator, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), ressaltou que a comissão deve investigar e aprovar quebras de sigilo sem ferir a legislação vigente e as recomendações do Supremo Tribunal Federal (STF).

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse acreditar que a presidente e o relator do colegiado farão todos os esforços para que a sociedade saiba quem está tentando evitar as investigações. José Nery (PSOL-PA) se declarou confiante em que a CPI irá impedir a blindagem de pessoas, permitirá acesso a informações sobre gastos e não dificultará a convocação de autoridades. Por sua vez, João Pedro (PT-AM) destacou os avanços

alcançados na prestação de contas públicas com a criação do Portal da Transparência.

Os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Alvaro Dias (PSDB-PR) consideraram inadequada a existência de gastos sigilosos na Presidência. De acordo com Marconi, todas as despesas realizadas pelo poder público deveriam ser abertas, até porque são “muito limitadas as amostragens de investigação adotadas pelo Tribunal de Contas da União [TCU]”.

Em resposta, Marcelo de Souza da Eira, da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU, afirmou que as amostras investigadas são bastante representativas do todo, mas reconheceu que poderiam ser maiores se o tribunal tivesse estrutura adequada.

Ele informou que o TCU identificou um “crescimento gradual, não muito acentuado, nas despesas com suprimento de fundos”, proporcional ao aumento do restante dos gastos do governo. Eira mencionou que, em 2007, os gastos com os 7.361 cartões corporativos dos diversos órgãos públicos foram de R\$ 80 milhões.

Conforme Eira, entre as universidades, a de Brasília (UnB) é a que mais usa cartões corporativos (266). O uso de cartões por universidades e pelo Ministério Público é objeto de pedido de informações que será apresentado pelo deputado Sílvio Costa (PMN-PE).

Os gastos com 7.361 cartões, no ano passado, foram de R\$ 80 milhões

“Não podemos colocar todos sob suspeita”, afirma relator

O deputado Luiz Sérgio, relator da CPI dos Cartões Corporativos, considera que, apesar do que já se sabe a respeito do uso dos cartões, por meio das investigações do Ministério Público Federal, do relatório do Tribunal de Contas da União e dos dados divulgados pelo Portal da Transparência, ainda não há motivo para solicitar a quebra dos sigilos fiscal, telefônico e bancário de ninguém. A dinâmica da CPI é que vai determinar a necessidade ou não da quebra de sigilo, pondera o deputado.

– Não se trata de ser contra a quebra de sigilo. Não estamos aqui para proteger, nem para perseguir ninguém. A quebra de sigilo não pode ser pedida aleatoriamente, colocando todos sob suspeita. Não podemos banalizar o instituto – afirmou.

Para Luiz Sérgio, se “os problemas se evidenciarem de forma clara e objetiva”, ele solicitará quebras. Questionado sobre a probabilidade de uma investigação

obter sucesso sem a quebra de sigilos, o relator disse que “tivemos uma ministra [Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial] que foi exonerada e não foi preciso quebrar sigilo para ficar evidenciado que ela utilizou de forma indevida o cartão”.

O relator também anunciou que os dados sigilosos serão discutidos nesta terça-feira, quando comparecerão à comissão de inquérito autoridades ligadas à Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Luiz Sérgio adiantou que, se houver entendimento de que esses dados são essenciais à segurança do Estado brasileiro, o sigilo não será quebrado. Do contrário, os dados serão divulgados.

De acordo com o relator, os trabalhos da CPI – entre os quais decisões sobre sigilo dos envolvidos – devem ser conduzidos sem ferir a legislação e as recomendações do Supremo Tribunal Federal.

“Não estamos aqui para proteger, nem para perseguir ninguém”



Luiz Sérgio (E, ao lado de Marisa Serrano, Marinus Marsico e Marcelo Eira) é contra quebrar sigilo



Alvaro Dias (2º à dir., entre membros da CPI): sem quebra de sigilo, comissão será “grande farsa”

Governo tenta desmoralizar Congresso, acusa Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao presidente do Senado e do Congresso Nacional, Garibaldi Alves, que procure o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, em busca de um entendimento para evitar que a CPI dos Cartões Corporativos seja utilizada “como instrumento de desmoralização do Parlamento brasileiro”. O senador observou que o governo, ao tomar a iniciativa de criar a CPI mista, teve “o propósito de desmoralizar definitivamente um instrumento fundamental para a fiscalização pelo Poder Legislativo”. Ele também aproveitou para reiterar sua confiança na presidente da comissão de inquérito, Marisa Serrano, que qualificou como “mulher digna, honrada, competente e de boa fé”. O presidente do Congresso considerou esgotada sua missão na CPI com a designação dos membros e externou sua “total confiança” em Marisa Serrano.

– A CPI vai agora decidir por ela mesma, sob a presidência da senadora, e o Senado Federal espera, confia e acredita que sua excelência vai levá-la ao melhor destino, ao melhor rumo. Não tenho a menor dúvida. Não sou apenas eu quem confia, mas toda a Casa confia e todo o Brasil também – declarou. Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Valter Pereira (PMDB-MS), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mário Couto (PSDB-PA) manifestaram solidariedade a Marisa Serrano e confiança em sua competência para dirigir a CPI. Alvaro Dias destacou nunca ter responsabilizado a senadora nas observações que fez sobre procedimentos da comissão. Garantiu, porém, que não deixará de criticar a atitude de parlamentares governistas na CPI. – Se a comissão não permitir que se tenha acesso a informações sobre o uso de cartões corporativos por funcionários da Presidência da República, essa CPI se constituirá em uma grande farsa – declarou Alvaro Dias.

Marisa avisa que não brinca com CPI e quer quebrar sigilo

Revoltada com os comentários feitos por integrantes da CPI dos Cartões, que intitularam a comissão como sendo “da tapioca” e “do bichinho de pelúcia”, Marisa Serrano advertiu que não admite esse tipo de comportamento. – Eu não admito que senadores e deputados estejam aqui trabalhando por tantas horas e achem que essa é a CPI das miudezas. Ninguém está aqui brincando. Eu não estou – afirmou. Marisa Serrano disse, em relação à quebra de sigilos – constantemente barrada pelos governistas –, que o permitido pela lei o Congresso pode fazer e vai fazer, se houver maioria para votar. Ela observou que, se

for para analisar apenas os números constantes do Portal da Transparência ou dos documentos em poder da CPI, seria melhor convocar um técnico especializado do Senado para isso, pois este “seria mais competente do que qualquer senador ou deputado”. – Dinheiro público é dinheiro público, não é a quantidade que determina o desvio. Uma ministra foi demitida por conta disso. Dois ministros tiveram que devolver dinheiro. Imagine a quantidade de outros que não são ministros e que podem ter usado mal o dinheiro público. Se o dinheiro é do povo, por que é que não podemos ver os dados? A senadora argumentou que a CPI “está caminhando dentro do cronograma”, mas que, se os líderes da oposição acreditarem que não há como avançar com as investigações, “vai entregar a presidência da comissão”. – Não compactuarei com farsa nem ficarei três meses de brincadeira – declarou. Marisa Serrano, no entanto, destacou que é preciso mais tempo para saber qual caminho a comissão tomará e lembrou que o colegiado está ouvindo depoimentos importantes. A presidente informou que nesta quarta-feira serão votados requerimentos de informação, incluindo os de quebra de sigilo.

Marisa: “Não compactuarei com farsa nem ficarei três meses brincando”

ELEIÇÕES Apenas 5% estão habilitados para votar na eleição presidencial, única permitida para quem vive no exterior

Brasileiro nos EUA quase não vai às urnas

O brasileiro que vive nos Estados Unidos é, majoritariamente, do sexo masculino (53%), casado (55%) e jovem – 50% têm entre 20 e 34 anos. Apenas 21% são naturalizados e uma ínfima parte (menos de 5%) está habilitada a participar da eleição presidencial no Brasil, única para a qual o não-residente no país pode votar (veja abaixo). A renda familiar anual média é de US\$ 38.570 e menos de 14% das famílias vivem abaixo da linha da pobreza. Cerca de 14% são donos de seus próprios negócios, índice superior ao dos outros imigrantes e bem acima ao dos próprios americanos. Os negócios brasileiros nos EUA representam faturamento anual de US\$ 1 bilhão e empregam mais de 10 mil pessoas.

As informações fazem parte de pesquisa elaborada por dois brasileiros radicados em Boston que, com dados do censo americano de 2000 e suas recentes projeções, conseguiram traçar um perfil socioeconômico bastante detalhado

da colônia de brasileiros. Álvaro Lima e Eduardo Siqueira concluíram o trabalho em novembro de 2007 e o apresentaram em palestra em fevereiro passado na Universidade de Massachusetts.

O único problema é que os dados se baseiam no censo de 2000, que só ouviu e entrevistou os residentes legais. Resultado: dos estimados 2,3 milhões de brasileiros que lá vivem, apenas 212.636 entraram nas estatísticas. Na verdade, a ausência deve-se mais a um temor injustificado dos brasileiros, pois os questionários do censo não perguntavam nada sobre a situação da pessoa em relação às leis de imigração.

– A maioria dos imigrantes brasileiros vive em regiões metropolitanas. Cinco estados agrupam 70% dessa população vivendo nos Estados Unidos. Um quinto na Flórida e, a seguir, Massachusetts (17%), Califórnia (11%), Nova York (10%) e Nova Jersey (10%) – revela a pesquisa.

Outro dado importante é um



Festa do 7 de setembro nos EUA: comunidade pleiteia maior atenção das autoridades brasileiras

sentimento de transitoriedade que ainda domina a maciça maioria dos brasileiros que para lá viajam. Somente 21% deles se tornaram cidadãos americanos.

– Esse dado evoca as observações da antropóloga Maxine Margolis, que em seu livro *Little Brazil* [1995] revelou que 90% dos brasileiros não se classificam como imigrantes nos Estados Unidos, mas “apenas de passagem”. Prova disso é que a maior parte dos não-naturalizados são os que chegaram mais recentemente ao país – avaliaram os autores.

Votar no exterior é muito mais complicado

As lideranças dos brasileiros no exterior explicam de forma simples por que é pequeno o número de eleitores registrados que de fato comparecem às urnas para votar (pouco mais de 40 mil no segundo turno de 2006). Para cumprir o papel de eleitor lá fora, é preciso ir a um consulado ou embaixada, gastar tempo e dinheiro com deslocamentos e até perder o dia de trabalho.

– Eu moro em Newark, do outro lado do rio Hudson. Para chegar até o consulado brasileiro em Nova York e votar, gasto uma hora e meia de deslocamento, pago pedágios, estacionamento e ainda fico sem trabalhar durante o período. Seria importante ampliar o número de consulados para facilitar a vida dos brasileiros. Outra forma seria adotar a votação por envelope pré-pago, como fazem países como a Itália e a Espanha – afirma o mineiro Roberto Lima,

que vive há 24 anos nos EUA.

Mas Lima se diz animado com a possibilidade de poder votar para deputados que o representem no Congresso, conforme prevê proposta de emenda constitucional de Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Temos pedido isso há anos. Nós geramos divisas para o país. Mas não se consegue sequer criar um dispositivo fácil para que possamos contribuir para a previdência social e ter direito a uma aposentadoria – lamenta-se Lima, que é diretor do jornal *Brazilian Voice*, que há 20 anos circula no nordeste dos EUA.

A zona eleitoral para os eleitores expatriados foi criada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2003. Na eleição de 2006, a maior parte (32 mil) dos eleitores do exterior vivia nos Estados Unidos; e a menor parte (apenas três pessoas), em Kingston, capital da Jamaica.

Direitos do estrangeiro no Brasil

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) no Congresso concedem direitos políticos ao estrangeiro domiciliado no Brasil. A PEC 7/02, cujo primeiro signatário é o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), faculta a participação do estrangeiro morador no país em eleições municipais. Anexada a ela, a PEC 33/02, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), permite o voto sem especificar em que grau.

A terceira proposta (PEC 401/05), que tramita na Câmara, dá ao estrangeiro legal e residente no território brasileiro por mais de cinco anos direito a votar em todo e qualquer pleito.

No Brasil e no exterior, a nacionalidade foi, por muito tempo, pré-requisito indispensável para o exercício do direito de voto. “Cidadão”, no Direito brasileiro, é o indivíduo que seja titular dos direitos políticos de votar e ser votado, e suas conseqüências. Mas tal exigência vem, paulatinamente, sendo atenuada em muitos países do mundo.

Como informa o relatório da CPI da Emigração Ilegal, a Nova Zelândia é a nação mais liberal nesse quesito: permite ao estrangeiro, independentemente da nacionalidade, votar em caráter nacional após apenas um ano de permanência. No outro extremo, o Uruguai autoriza o estrangeiro a votar em eleições nacionais, mas somente se ele permanecer durante 15 anos como residente do país.

Na União Européia, cidadãos comunitários são detentores de direitos iguais em qualquer país-membro. Suécia, Finlândia, Dinamarca, Holanda e Bélgica já franquearam o direito de voto nos pleitos locais aos estrangeiros (leia-se, no caso, os extracomunitários).

Ao defenderem também no Brasil a ampliação da participação política dos estrangeiros, os membros da CPI entenderam que essa evolução é “aspecto inexorável das transformações políticas e jurídicas do mundo contemporâneo”.

Você sabia?

* Mais de **13%** dos brasileiros nos EUA são empregados por conta própria, uma taxa **três vezes** mais alta do que a dos outros estrangeiros e **quatro vezes** a da população nativa

* De cada **dez** casas vendidas em Massachusetts, **três** são compradas por brasileiros

Para onde vão os brasileiros que emigram

- 42% EUA
- 23% Paraguai
- 12% Japão

De onde saem os emigrantes

- 1 - Minas Gerais
- 2 - Goiás
- 3 - Paraná
- 4 - Santa Catarina

O que fazem nos EUA

- 43% serviços
- 13% construção, extração e transporte
- 15% gerencial e profissional
- 19% técnico, vendas e suporte administrativo
- 6% produção
- 4% artes, desenho e mídia



Fonte: Pesquisadores Álvaro Lima e Eduardo Siqueira

ELEIÇÕES Disputa municipal deste ano deve manter tendência de escolha de nomes novos, como nos últimos pleitos

Especialistas apostam em renovação nas prefeituras

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que, entre 10 e 30 de junho, sejam realizadas as convenções partidárias para definir as coligações e os respectivos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador para as eleições deste ano. Mas, a despeito do prazo fixado pelo TSE, muitos partidos já definiram seus candidatos.

Diante dessa antecipação, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) prevê que, dos 75% dos atuais prefeitos que têm direito de concorrer à reeleição, pelo menos 40% não deverão pleitear um segundo mandato (veja abaixo). Com pouco mais de seis meses para o primeiro turno, em 5 de outubro, a expectativa é que as eleições para prefeito mantenham a tendência de renovação observada nas últimas eleições.

O eleitor está sempre atento a novas propostas. No geral, o perfil dos prefeitos tem melhorado no atacado. Apesar do confuso sistema político, o voto de cabresto, em antigas lideranças, perdeu espaço – analisa o cientista político e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Valeriano Costa.

O aumento da visibilidade da política tem ajudado o eleitor a escolher seus candidatos, afirma. A melhor e maior divulgação de escândalos – como o envolvimento dos políticos com corrupção – “mostra filigranas, que existiam, mas não eram vistas”, segundo o professor.

A eleição municipal é cheia de particularidades e muito específica em cada município, diz o vice-líder do PT no Senado, Flávio Arns (PR). Por isso, completa, em algumas prefeituras, lideranças

tradicionais continuarão na disputa para prefeito, enquanto em outras a aposta é realmente em gente nova.

– Deveremos repetir alguns nomes que não foram bem-sucedidos na eleição anterior. Mas em outros casos, como em Curitiba, depois de três derrotas do nosso candidato, iremos concorrer agora com a esposa do ministro do Planejamento, Gleisi Hoffmann – disse.

Ela disputou com o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a vaga para senador na eleição de 2006 e foi derrotada por 50,51% a 45,14%.

Também no DEM, as características locais serão bem pesadas para a escolha dos candidatos.

– O DEM tem compromisso com a renovação, mas cada caso é um

caso. Onde houver quadro, nós iremos apostar em novos nomes – frisou Heráclito Fortes (PI).

De acordo com a Resolução 22.717/08 do TSE, só poderão participar das eleições os partidos políticos que tenham registrado seu estatuto até 5 de outubro de 2007 e que tenham, até a data da convenção municipal, constituído órgão de direção no município.

Os partidos poderão fazer coligações para eleição majoritária, proporcional ou ambas. Neste último caso, pode ser formada mais de uma coligação para a eleição de vereadores entre os partidos políticos que integram a coligação para o pleito majoritário (prefeitos).

A resolução determina que o limite para gastos de campanha deverá ser fixado por lei até 10 de junho. Se isso não ocorrer, os partidos, ao registrar a candidatura, fixarão para os seus candidatos, por cargo eletivo, os valores máximos de gastos na campanha (veja mais no calendário).



Campanha dos tucanos em São Paulo: na falta de nomes novos em determinado local, partidos podem optar por candidatos veteranos

Vagas para vereadores podem, como em 2004, gerar confusão

Os municípios terão até junho para definir em suas leis orgânicas o número de vagas para vereadores nas eleições de 2008. Essa questão gerou confusão em 2004, quando, ao acatar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reduziu o número de cadeiras das câmaras de vereadores, válida somente para aquele ano.

Isso porque muitos municípios extrapolavam os parâmetros legais que definem o número de vereadores. A Constituição determina como parâmetro de nove a 21 vereadores em municípios com até 1 milhão de habitantes, de 33 a 41 acima de 1 milhão até 5 milhões de munícipes, e de 42 a 55 nos que passarem de 5 milhões.

A decisão judicial fez com que 2.415 câmaras municipais perdessem 8.575 parlamentares. Só 12 municípios tiveram de aumentar

o número de vagas, acrescentando 44 cadeiras no total.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, explica que o TSE teria até 5 de março deste ano para publicar as instruções sobre esse assunto para o pleito de 2008. Como não o fez, caberá agora às câmaras alterar ou não suas leis orgânicas.

– Enquanto não houver alteração constitucional, nós recomendamos que os municípios sigam cumprindo a decisão anterior do STF – afirma Ziulkoski.

Outro dado importante é que, há duas semanas, o governo anunciou o 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que obriga os partidos a inscreverem no mínimo 30% de mulheres nas chapas proporcionais. Para dar uma idéia, na últimas eleições, apenas 11% dos vereadores eleitos eram mulheres.

Calendário eleitoral

Confira as principais datas para as eleições de 2008

8 de abril

Último dia para a direção nacional do partido publicar no *Diário Oficial* as normas para escolha de candidatos e formação de coligações, se o estatuto for omissivo.

10 de junho

Passa a ser permitida a realização de convenções para definir coligações e candidatos (até 30 de junho). Lei deverá fixar, até essa data, o limite dos gastos de campanha.

5 de julho

Último dia para partidos e coligações apresentarem no cartório eleitoral os requerimentos de registro de candidatos. Data final também para os conselhos de contas disponibilizarem para a Justiça Eleitoral a relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas devido a irregularidades.

6 de julho

Liberação de propaganda eleitoral, realização de comícios e utilização de aparelhagem de som.

14 de julho

Último dia para os partidos políticos constituírem comitês financeiros.

6 de agosto

Data em que os partidos, coligações e candidatos são obrigados a discriminar os recursos recebidos para financiamento de campanha, além dos gastos realizados.

16 de agosto

Todos os pedidos de registro de candidatos, mesmo os impugnados, devem estar julgados pelo juiz eleitoral até esta data.

19 de agosto

Início da propaganda eleitoral no rádio e na TV.

6 de setembro

Nova publicação na internet dos recursos recebidos para financiamento de campanha.

20 de setembro

A partir desta data, nenhum candidato poderá ser preso, salvo em flagrante.

30 de setembro

Data a partir da qual nenhum eleitor poderá ser preso, salvo em flagrante ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou por desrespeito a salvo-conduto.

2 de outubro

Último dia da propaganda no rádio e na TV, e para a realização de comícios, reuniões públicas e debates.

3 de outubro

Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral e para a propaganda em páginas institucionais na internet.

4 de outubro

Fim da propaganda mediante alto-falantes ou amplificadores de som e para a carreatas e distribuição de material de propaganda política.

5 de outubro

Eleição para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

26 de outubro

Haverá 2º turno nos municípios com mais de 200 mil eleitores em que nenhum candidato a prefeito tenha alcançado, na primeira votação, a metade dos votos mais um, não computados os nulos e em branco.



Urna eletrônica: 75% dos atuais prefeitos têm direito à reeleição

Número menor de prefeitos tentará reeleição

Na última eleição municipal, em 2004, tinham direito de se candidatar a um novo mandato 3.389 prefeitos (60,9% do total de 5.562). Desses, 80,3% se candidataram, mas apenas 1.544 conseguiram se reeleger.

Neste ano, 75% dos atuais prefeitos têm direito de concorrer à reeleição, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Mas, desse universo, cerca de 40% não devem tentar um segundo mandato consecutivo, percentual maior do que o do último pleito municipal.

– Isso acontece devido a acordos parlamentares antes assumi-

dos ou, como em muitos casos, devido à decepção do gestor municipal com a vida pública. Hoje é muito difícil pensar em ser prefeito. Está difícil trabalhar

com os recursos existentes e ainda se leva a fama de desonesto – afirma o presidente da CNM, que já foi prefeito em Mariana Pimentel (RS).

Ele reclama que os prefeitos de pequenas cidades, que são a maioria – 54,04% dos brasileiros vivem em municípios com até 150 mil habitantes –, sofrem com os apertados orça-

mentos e ainda ficam presos ao cumprimento rígido das leis que acabam por puni-los facilmente. Para Ziulkoski, o prefeito é hoje um “mendigo”, que precisa es-

Gestor municipal é obrigado a “esmolar verbas em Brasília”, diz Paulo Ziulkoski

molar constantemente por verbas em Brasília. – Tudo o que se arrecada sai do município, mas vai tudo para Brasília. Contudo, na hora de cumprir programas federais ou estaduais, são os prefeitos que precisam desembolsar verba municipal para que sejam realizados – afirma Ziulkoski.

MULHERES Um ano após vigência da lei, governo não sabe se incentivo fiscal estimulou ou não a formalização

Faltam dados sobre carteira assinada das domésticas

Com pouco mais de um ano de vigência, a lei que instituiu estímulo fiscal aos empregadores que assinarem a carteira das trabalhadoras domésticas foi colocada em xeque pelas organizações de mulheres reunidas no Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social. Elas passaram a reivindicar a revisão da legislação, que estaria servindo para rebaixar salários e contribuições previdenciárias em um mercado que se caracteriza pela informalidade.

Apontada pelo governo federal, na época, como importante conquista para os trabalhadores domésticos, a lei sempre foi vista com desconfiança por boa parte das organizações feministas, que achavam ser mais um incentivo aos empregadores do que aos empregados. A Lei 11.324/06 concede dedução no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) aos patrões que assinarem a carteira de trabalho do seu empregado.

Na semana em que o governo anunciou o 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com a meta de aumentar em 30% o número de empregos domésticos formais, marcando as comemorações oficiais do Dia Internacional da Mulher, as integrantes do fórum foram surpreendidas com a falta de informação.

Apesar da reclamação de entidades como a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), ninguém possui qualquer levantamento sobre os efeitos práticos da lei, que deveria funcionar como um incentivo para a formalização do trabalho doméstico. Segundo a diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Guacira César de Oliveira, o governo admitiu publicamente que desconhece a

eficácia da Lei 11.324, editada em 19 de julho de 2006.

Segundo Guacira, tanto o ministro da Previdência, Luiz Marinho, quanto o do Trabalho, Carlos Lupi, e a titular da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, reconheceram que não foi feita qualquer avaliação da lei. No encontro, o governo prometeu usar um convênio dos ministérios com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para levantar os dados, mesmo que com atraso.

O incentivo fiscal previsto em lei acabou restrito a um empregado por declaração do IRPF, mesmo se ela for conjunta, e com a contribuição previdenciária calculada somente sobre um salário mínimo. "A lei está sendo burlada, principalmente nas capitais, onde a média salarial do trabalhador doméstico supera um salário mínimo. Alguns patrões estão dando baixa nas carteiras, registrando os empregados por um salário mínimo e acertando a diferença por fora", denuncia Eneida Dutra, do Cfemea.

As representantes do fórum solicitaram ao ministro Lupi que encontre alguma alternativa para fiscalizar essas diferenças entre o valor registrado na carteira e o efetivamente pago, porque essa prática rebaixaria a concessão de outros benefícios como o auxílio-doença e a licença-maternidade. Só que as próprias sindicalistas sabem que isso não é tão simples como fiscalizar empresas. Como explica Isabel Freitas, integrante do fórum, o lar é visto constitucionalmente como espaço inviolável. Seria necessário, segundo ela, o reconhecimento legal de que naquele ambiente há uma relação de trabalho passível de fiscalização.

Entidades dizem que lei beneficia mais empregador do que empregado

Um salário para donas-de-casa de baixa renda

A criação de um benefício assistencial no valor de um salário mínimo para as donas-de-casa de baixa renda com mais de 60 anos voltou a tramitar na Câmara dos Deputados. Requerimento da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) assegurou a formação de uma comissão especial para analisar a proposta de emenda à Constituição (PEC 385) da ex-deputada Luci Choinacki (PT-SC), apresentada em 2001. Segundo dados do último Censo (2000), este contingente seria de quase 2 milhões de mulheres.

A proposta foi apoiada pelas organizações de mulheres que se

reuniram no Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social, para pressionar o governo e o Congresso em torno de uma agenda que assegure direitos trabalhistas e previdenciários a trabalhadoras domésticas e donas-de-casa que ou não têm os mesmos direitos de outros trabalhadores ou são ignoradas pelas políticas públicas de previdência e assistência social do país.

A redução da contribuição dos autônomos de 20% para 11%, incluída na lei que criou o Super-simples, "não atingiu as donas-de-casa de baixa renda", constata a presidente da Associação das

Donas-de-Casa do Estado de Goiás, Maria das Graças Santos, que representa 12 mil filiadas e é considerada uma das líderes do movimento para inclusão previdenciária dessas mulheres.

Para se ter idéia, diz ela, só em Goiás existem mais de 40 mil mulheres que não têm recursos para pagar a Previdência e preenchem os requisitos exigidos pela PEC 385. Tais mulheres, com mais de 60 anos, têm renda familiar inferior a dois salários mínimos mensais, dedicam-se exclusivamente aos afazeres domésticos e não possuem qualquer atividade remunerada.



Mulheres deixam mensagens e sugestões no Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social

O trabalhador doméstico...

...tem direito a

- registro na carteira profissional;
- salário mínimo;
- irredutibilidade do salário;
- 13º salário proporcional;
- repouso semanal remunerado;
- férias de 30 dias, com adicional de 1/3;
- licença-paternidade;
- aviso prévio;
- vale-transporte;
- seguro-desemprego, por um período máximo de três meses;
- FGTS (opcional);
- aposentadoria e outros benefícios previdenciários;
- Estabilidade da gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

...não tem direito a

- horas extras;
- adicional noturno;
- salário-família;
- salário-educação;
- auxílio-creche;
- acordos e convenções coletivas;
- seguro contra acidente de trabalho;
- piso salarial profissional;
- adicional de periculosidade ou insalubridade;
- jornada de trabalho de 44 horas semanais;
- multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias;
- indenização de 40% sobre os depósitos do FGTS.

Fonte: Cfemea

Aperto na velhice

Veja o número de idosos (acima de 60 anos) com rendimento familiar de até 2 salários mínimos, que não recebem aposentadoria ou pensão e que não estão ocupados, divididos por sexo, por faixa etária e por região em que residem

Unidades da Federação	Total		de 60 a 64 anos		de 65 a 69 anos		com 70 anos ou mais	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
Norte	11.814	23.830	7.785	13.271	3.563	4.909	466	5.650
Nordeste	45.308	148.782	24.169	85.108	14.594	32.921	6.545	30.753
Sudeste	71.047	291.077	42.718	122.311	18.629	73.498	9.700	95.268
Sul	25.293	74.018	11.790	35.909	7.352	22.110	6.151	15.999
Centro-Oeste	17.528	43.219	10.184	23.172	5.919	11.497	1.425	8.550
Total	170.990	580.926	96.646	279.771	50.057	144.935	24.287	156.220

Fonte: PNAD/2003

MULHERES Um dos maiores desafios é inserir donas-de-casa nos benefícios da Previdência e Assistência Social



Maria das Graças Santos (C) participa de encontro de aposentados: direitos previdenciários

Luta por direitos ajuda a resgatar auto-estima

Fundada em 1996, a Associação das Donas-de-Casa do Estado de Goiás é uma das poucas entre suas congêneres que preferiu dar prioridade à luta pelos direitos previdenciários e trabalhistas das mulheres, ao combate à violência doméstica com a aplicação da chamada Lei Maria da Penha e ao resgate da auto-estima de suas filiadas. “A maioria está voltada para a defesa dos direitos dos consumidores”, explica Maria das Graças Santos, que desde 1997 preside a associação.

Aos 55 anos, ela se orgulha de ser uma dona-de-casa que resgatou a auto-estima na militância feminista. “Sofria de depressão pela solidão e pela falta de convívio e participação mais efetiva na sociedade”, lembra. Casada há 31 anos, Maria das Graças flagrou-se sozinha, com os três filhos crescidos cursando faculdades e o marido atribulado com as exigências profissionais. “Resolvi ir à luta. Sentia-me sem voz. Hoje estou

orgulhosa quando vejo que participei de conquistas dos movimentos de mulheres”, declara.

A história da líder goiana, que só possui o segundo grau, resume o drama da maioria das donas-de-casa do país, que enfrentam a falta de reconhecimento do seu trabalho. Cuidando de crianças, de idosos e de doentes, além do marido e de todas as tarefas do lar, elas su-

prem as carências de estrutura e de serviços que o Estado deveria oferecer, como creches, clínicas e atendimentos especializados.

Estudo indica que trabalho das donas-de-casa equivale a 12,76% do PIB

Mas esse trabalho gratuito e não valorado pela economia formal tem peso na geração de riquezas. Um estudo de 2005 dos economistas Hildete Melo, Cláudio Considera e Alberto Di Sabbato, da Universidade Federal Fluminense, mensurou que essas atividades domésticas seriam capazes de acrescentar 12,76% ao produto interno bruto (PIB) de 2004, ou o equivalente a R\$ 225,4 bilhões

em valores daquele ano, caso fossem computadas como renda. A maior parte desse trabalho é desempenhada pelas donas-de-casa, com jornadas muito superiores à dos trabalhadores formais.

Na busca desse reconhecimento, as organizações de mulheres conseguiram pressionar o Congresso. Em 10 de março de 2003, documento com 1 milhão de assinaturas foi entregue por mais de mil donas-de-casa aos presidentes do Senado e da Câmara com suas reivindicações.

A mobilização acabou resultando, segundo nota da assessoria técnica da então deputada Luci Choinacki, em dispositivo incorporado ao texto da chamada PEC Paralela da Previdência (Emenda Constitucional 47), aprovada em julho de 2005. A emenda prevê, entre outros pontos, lei específica sobre o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores de baixa renda, inclusive aos que dedicaram sua vida inteira aos afazeres domésticos, garantindo acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.

Subcomissão em Defesa da Mulher analisará propostas em tramitação

Embora as mulheres representem 51,7% do eleitorado brasileiro e 44,4% dos trabalhadores do país (ou 9,4 milhões), somente agora elas passaram a ter um espaço específico dentro do Congresso, com a criação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, para analisar os temas do seu interesse. “O diferencial é que a subcomissão vai dar perspectiva de gênero aos assuntos que tramitam no Congresso”, explica a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que preside a subcomissão, instalada em 6 de março último.

A agenda para o primeiro semestre está praticamente definida, e temas como a equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas e a inclusão previdenciária das donas-de-casa devem ser debatidos em audiência pública no início de maio.

As audiências devem começar em abril, quando estarão em foco direitos humanos e saúde da mulher. Esse primeiro ciclo seguirá até junho, com assuntos relacionados à educação, inclusive os baixos salários pagos aos professores, categoria em que há predominância de mulheres.

Alíquota mais baixa pode facilitar a contribuição

Se um dos grandes desafios da Previdência Social é ampliar as contribuições ao sistema, tanto combatendo as fraudes quanto incorporando novas faixas da população, as organizações feministas defendem a tese de que é melhor alíquotas mais baixas e viáveis do que continuar mantendo contingente expressivo de mulheres, especialmente as donas-de-casa, sem condições de pagar pela sua aposentadoria.

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), integrante do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social, o dispositivo contido na Lei do Supersimples com a alíquota de contribuição previdenciária de 11% sobre o salário mínimo (R\$ 45,65) não surtiu o efeito desejado para incorporar a maioria das donas-de-casa. “As de baixa renda continuaram a não ter como contribuir”, diz Eneida Dultra, assessora do Cfemea.

Um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostrou, com base em dados de 2005, que 77% das pessoas que ganhavam até um salário mínimo não contribuíam para os cofres da Previdência. Entre um e dois

salários mínimos, havia uma participação maior, mas 37% não contribuíam. Só acima de dois salários mínimos é que o volume de contribuintes engrossa realmente, oscilando entre 74% e 76% (veja gráfico abaixo).

Para tais entidades, a alternativa pode estar em substitutivo da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Construído a partir de projeto (PLC 5.773/05) do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que baixava a contribuição para 10%, ao qual foram apensados várias outras propostas, a relatora na Comissão de Seguridade Social e Família preferiu atender ao pleito das organizações feministas.

Rita Camata propôs uma alíquota de 5% (ou R\$ 20,75 mensais, considerado o piso atual) para as donas-de-casa de baixa renda, que pertençam a famílias cuja renda *per capita* mensal não exceda a um salário mínimo. Se a dona-de-casa, agora segurada pelo sistema especial de inclusão previdenciária, quiser usufruir de benefício superior a um salário mínimo terá de fazer uma complementação, recolhendo mais 15% mensais acrescidos de juros de mora.

Sem voz, mulheres criaram fórum paralelo

Quando, em fevereiro de 2007, o governo resolveu criar o Fórum Nacional da Previdência Social, com o objetivo de promover o debate entre sindicatos, empregadores e representantes dos seus ministérios em torno de um novo e melhor sistema previdenciário e sua coordenação com as políticas de assistência social, as organizações de mulheres não tiveram assento. “Elas só puderam participar como ou-

vintes”, lembra Eneida Dultra, assessora do Cfemea.

As entidades feministas reivindicaram sua participação nos debates aos ministros da Previdência, na época Nelson Machado, e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire. Conseguiram formalizar um documento com suas propostas na área previdenciária, intitulado “Carta Brasília”. Mas não convenceram o ministro da Previdência

alhes dar representação efetiva no fórum. Elas permaneceram como meras observadoras.

Por isso, dois meses depois, oito organizações de mulheres, representando desde as camponesas e as quebradeiras de coco de babaçu, até as donas-de-casa e as trabalhadoras domésticas, conseguiram se mobilizar e criaram o Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social.

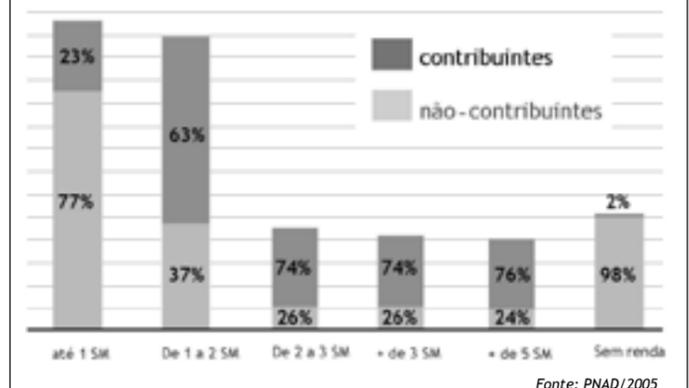
Esse fórum definiu várias prioridades, como a inclusão previdenciária da dona-de-casa e a equiparação de direitos das trabalhadoras domésticas. O fórum se tornou o principal canal de interlocução com o governo e com o Congresso para encaminhar e negociar as principais reivindicações das organizações feministas. Em meados de maio deste ano, segundo Eneida Dultra, deve ser realizado grande seminário, em Brasília, para avaliar e retomar a agenda do fórum.



Ministro Luiz Marinho (E), no Fórum Nacional da Previdência Social, onde organizações de mulheres são só “observadoras”

Os pobres ficam excluídos

Os 20 milhões de trabalhadores, por faixa de renda, entre contribuintes e não-contribuintes para a previdência social



COMISSÕES

Gilmar Mendes deve presidir o CNJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira o nome do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, para presidir o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio de 2008 a 2010. A indicação será submetida agora a votação no Plenário do Senado. Mendes foi eleito presidente do Supremo na semana passada, em substituição à ministra Ellen Gracie.

O ministro falou aos integrantes da CCJ em sessão concorrida, que contou com a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves. Questionado pelos senadores presentes, defendeu limites

para a edição de medidas provisórias (MPs) pelo Executivo. Apesar de reconhecer que as MPs, em determinado momento, ajudam na governabilidade, o ministro afirmou que elas estão prejudicando o processo legislativo com o trancamento das pautas do Senado e da Câmara.

Sobre o Conselho Nacional de Justiça – organismo instalado em 2005 para controlar a atuação do Judiciário –, Gilmar Mendes foi claro: “Foi uma obra sábia do Congresso Nacional”. Salientou que o CNJ não fere a independência nem a autonomia dos juízes, acompanhando apenas as atividades administrativas do Judiciário. A exceção é quando são registrados abusos e desvios. Em relação aos êxitos já alcançados pelo CNJ, assinalou a proibição do nepotismo no âmbito do Poder Judiciário e a regularização da remuneração dos juízes.

Em resposta ao senador Romeu Tuma (PTB-SP), Mendes defendeu também a fixação de novos limites legais para as interceptações telefônicas (grampos

telefônicos). A exemplo das MPs, essa seria outra questão “mal resolvida”, uma vez que muitos juízes nem sequer fiscalizariam a prática. Mas o ministro ressalva que o grampo telefônico ainda é um forte instrumento no combate ao crime organizado.

Mendes pediu cautela no exame do fim do foro privilegiado para autoridades e se disse contrário à adoção de mandatos nos tribunais superiores. Considerou

também que o Judiciário passa por uma “transição positiva” no sentido de modernizar e agilizar seus trabalhos. Como exemplo, citou duas medidas que têm ajudado

a acelerar o andamento dos processos: a adoção da súmula vinculante e a criação dos juizados especiais federais.

O presidente do Supremo disse acreditar que a redução do período de férias dos juízes de 60 para 30 dias não é a saída para resolver o acúmulo de processos na Justiça. A observação foi feita em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

– Quem tem vivência nos tribunais sabe que raramente um juiz fica 60 dias de férias. Ele usa o período para, entre outros afazeres, estudar processos tidos como mais complexos – observou.

Mendes voltou a defender o diálogo entre os Poderes Legislativo e Judiciário, para fortalecer o processo democrático. Nesse sentido, reconheceu que o Judiciário não tem poderes para substituir o legislador, mas admitiu a participação da Suprema Corte na “correção de excessos cometidos pelo Legislativo”. Isso, afirmou, ocorre em todo país democrático.

Para presidente do Supremo, excesso de MPs prejudica o Legislativo



FOTOS: J. FREITAS

Garibaldi (E), Marco Maciel e Gilmar Mendes: presidente do STF defendeu diálogo com o Legislativo

Senadores elogiam indicação do Supremo

A indicação do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para o Conselho Nacional de Justiça teve como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE). O senador, ao emitir seu parecer favorável à indicação, disse que Mendes “é motivo de orgulho para a classe jurídica do país”. E observou que o ministro tem “reputação inabalável”, sendo um dos intelectuais “mais respeitados” do país.

Vários outros senadores elogiaram a indicação de Mendes, a começar pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que voltou a defender o controle externo de todos os Poderes da República, a exemplo do que já é feito no Judiciário pelo CNJ.

Em resposta ao senador Valter Pereira (PMDB-MS), Gilmar

Mendes salientou que o número excessivo de processos nos tribunais assusta. Mas observou que a maioria trata de temas iguais ou semelhantes, o que permite a adoção da súmula vinculante. Ele informou que cada juiz analisa, por ano, cerca de 10 mil processos.

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que “via com orgulho” o nome de Mendes para as presidências do STF e do CNJ. Valter Pereira, Magno Malta (PR-ES), Mário Couto (PSDB-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também elogiaram a indicação do magistrado.

Gilmar Mendes na presidência do CNJ “agilizará a Justiça brasileira”, segundo Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), enquanto Flexa Ribeiro (PSDB-PA) previu que o

futuro presidente do CNJ valorizará o Judiciário.

Marconi Perillo (PSDB-GO) disse estar certo de que Mendes é uma das principais figuras da República na área jurídica. Já Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou estranhar que qualquer pessoa, mesmo aquela que tenha ficha policial, possa candidatar-se a um cargo eletivo.

José Nery (PSOL-PA) lamentou o fato de a Justiça brasileira não ter beneficiado os mais pobres, principalmente a população que reside no campo. E disse que até hoje nenhuma pessoa que pratica trabalho escravo foi condenada.

Por sua vez, Sibá Machado (PT-AC) destacou alguns avanços registrados no Judiciário no sentido de se modernizar, como a implantação da súmula vinculante.



Nobre (E) na CCJ, ao lado do relator de sua indicação para o Conselho Nacional de Justiça, Epiácio Cafeteira

Nobre também recebe aprovação da CCJ

O advogado Marcelo Rossi Nobre teve seu nome aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A indicação foi analisada na mesma reunião que aprovou a indicação do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para presidir o conselho.

Para ser confirmada, a nomeação ainda precisa ser aprovada no Plenário do Senado.

O advogado foi indicado pela Câmara dos Deputados, que o elegeu em dezembro do ano passado para representar aquela Casa no CNJ. Na ocasião, Marcelo Nobre teve de concorrer com o defensor pú-

blico José Augusto de Souza. Obteve 269 votos, contra 131 dados a Souza.

Marcelo Nobre é formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e tem pós-graduação em Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Ele foi assessor especial da prefeitura de São Paulo na gestão de Marta Suplicy, quando chefiou o gabinete do vice-prefeito, Hélio Bicudo.

Há duas semanas, ao divulgar seu voto favorável à indicação, da Câmara, o relator da comissão, senador Epiácio Cafeteira (PTB-MA), lembrou que Nobre é filho do ex-deputado federal Freitas Nobre, falecido em 1990. O próprio Marcelo Nobre, na sabatina

realizada na quarta-feira passada, destacou esse fato.

– Meu pai foi meu principal cabo eleitoral na eleição da Câmara ocorrida em dezembro – declarou.

Durante a sabatina na Comissão de Justiça, o advogado defendeu a criação de um “índice de transparência” para os tribunais, a fim de medir o grau de clareza no repasse de informações para o Conselho Nacional de Justiça.

– Infelizmente, ainda há uma certa resistência dos tribunais para repassar informações ao conselho – observou o advogado, que apontou como exemplo dessa prática os tribunais regionais do trabalho.

Se tiver seu nome confirmado no Plenário do Senado, o mandato de Marcelo Nobre terá duração de dois anos, com a possibilidade de um segundo mandato.

O advogado, indicado pela Câmara, é filho do ex-deputado Freitas Nobre

COMISSÕES

CCT examina controle de propaganda de bebidas

O controle sobre a propaganda de medicamentos e bebidas alcoólicas em emissoras de rádio e televisão será tema de audiência pública a ser realizada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), conforme requerimento aprovado na quarta-feira passada pelo colegiado. Os nomes de autoridades e especialistas que serão convidados para o debate foram sugeridos pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

Cristovam sugeriu que sejam convidadas pessoas ligadas à área da saúde, como o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Paulo Buss, argumentando que, em debate anterior sobre o tema, predominaram representantes dos veículos de comunicação e das agências de publicidade. O senador se referia a audiência pública realizada pela CCT no dia 12.

Cristovam voltou a refutar afirmação feita por participantes daquela audiência de que a pro-

paganda não seria responsável pelo aumento no consumo de bebidas alcoólicas ou de remédios, mas apenas redividiria a participação de cada empresa no mercado.

– É um assunto muito polêmico. Considero que, se a propaganda for eficiente, ela vai, sim, aumentar o número de consumidores dos produtos. Minha proposta é para que possamos ouvir as pessoas da área da saúde, que precisam nos dizer se há ou não impacto da publicidade sobre a saúde da população – observou Cristovam.

Wellington Salgado sugeriu que a CCT convide o presidente da Associação Nacional de Jornais, Nelson Sirotsky, para integrar o grupo que deve participar de uma terceira audiência pública sobre o assunto, a ser promovida pela comissão.

Na presidência dos trabalhos da CCT na quarta-feira passada, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) encerrou a reunião do colegiado sem que tenham sido votados os projetos de lei em pauta, devido à obstrução do PSDB, anunciada pelo senador Eduardo Azeredo (MG).

Em pauta, adoção de um só terminal para cartão de crédito

Os senadores da CCT aprovaram na quarta-feira passada requerimento que propõe a realização de audiência pública para discutir projeto que estabelece a adoção de uma única máquina, em cada estabelecimento comercial, para processar operações de diferentes cartões de crédito. O debate foi proposto pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator da proposta na CCT.

O senador lembrou que atuam no setor três grandes grupos internacionais – Visa, Mastercard e American Express –, os quais concentram mais de 90% das operações, e dez operadoras nacionais. Para cada cartão – ou bandeira, no jargão do setor –, o comerciante precisa ter um terminal específico, o que exige o pagamento de aluguel para cada máquina, além de despesas com instalações e conexões telefônicas. A proposta de compartilhamento de terminais (PLS 677/07), do senador Adelmir Santana (DEM-DF), visa reduzir os custos e ampliar o número de operadoras de cartões de crédito atuando no mercado.

Segundo Flexa Ribeiro, as operadoras alegam dificuldades práticas para implementar o compartilhamento de terminais.

Entre os convidados para o debate estão Mário Torós, diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil; Jair Scalco, presidente da Associação Brasileira das Empresas do Cartão de Crédito e Serviços; e José Renato Hopf, diretor-presidente da Jetnet Tecnologia.

Comissão vai tratar de violência contra idoso

A violência contra o idoso será tema de discussão em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), marcada para o dia 12 de junho. A reunião foi proposta pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

A comissão aprovou ainda requerimento do senador José Nery (PSOL-PA) para ouvir, em audiência pública, a promotora pública do município de Tailândia (PA) Ana Maria Carvalho, que denunciou esquema de fraude destinado a acobertar o desmatamento da floresta naquela região.

Os senadores também aprovaram outro requerimento de José Nery para uma discussão sobre o conflito entre o Consórcio Estreito Energia (Ceste) e a população dos estados do Tocantins e Maranhão, bem como dos povos indígenas que residem em áreas atingidas pela construção de uma hidrelétrica na divisa dos dois estados. O debate ficou agendado para o dia 10 de abril.

Ainda foi aprovado na CDH um requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para debater o projeto de lei de sua autoria que institui a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente (PLS 50/05).

Artistas pedem lei de estímulo ao teatro

Assim como o cinema, que já conta com a Lei do Audiovisual, o teatro também pretende ter uma lei própria de estímulo ao setor. Essa foi a posição defendida na terça-feira passada por atores e produtores teatrais, em audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Apenas o presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Celso Frateschi, levantou dúvidas em relação à proposta.

Primeiro a falar a favor da criação de uma lei específica para o teatro, o advogado e ex-ministro da Cultura Luiz Roberto Nascimento Silva afirmou que uma lei que crie a Secretaria Nacional de Teatro será um primeiro passo para a futura criação de uma Agência Nacional das Artes Cênicas, inspirada na Agência Nacional do Cinema (Ancine).

A atriz Regina Duarte recorreu a um exemplo familiar para sustentar o mesmo ponto de vista. Ela contou que seu filho estava saindo de casa porque pretendia ter sua própria vida e contar com um relacionamento de qualidade com a própria mãe, quando fosse visitá-la.



Cristovam Buarque (terceiro à esquerda) presidiu a reunião que contou com representantes do teatro e do Ministério da Cultura

– Sinto que o teatro está querendo sair de casa e morar sozinho, porque hoje muitas vezes ele fica ali, perdido – afirmou Regina.

Representante do Conselho de Cultura do Rio Grande do Sul, Marley Bisol disse que é preciso estabelecer um programa de apoio ao desenvolvimento teatral em todo o país, acompanhado da ampliação da rede nacional de teatros. Por sua vez, a produtora teatral de São Paulo Fernanda Signorini apontou que o teatro “ainda não é auto-sustentável”, daí a necessidade de debater alternativas para o setor.

O presidente da Funarte questionou a necessidade de se criar

um órgão novo, como a Secretaria Nacional do Teatro, e de se aprovar uma lei que conte com incentivos semelhantes aos da Lei Rouanet. Frateschi também criticou produtores que cobram ingressos muito caros e voltam a pedir recursos incentivados na produção seguinte.

A crítica foi respondida pelo presidente da Associação dos Produtores Teatrais do Rio de Janeiro, Eduardo Barata, que citou o sucesso da Lei do Audiovisual como argumento para a criação de uma lei própria para o teatro.

– Somos trabalhadores do teatro, e empregamos pessoas e pagamos impostos – reagiu.

José Nery critica MP que permite contratação sem registro

O senador José Nery (PSOL-PA) criticou a medida provisória (MP 410/07) que acaba com a exigência do registro na carteira de trabalho de trabalhadores rurais contratados por período de até dois meses. Na sua opinião, a MP abre uma brecha para eventuais contratações permanentes de agricultores sem carteira assinada. A matéria tramita na Câmara.

Segundo o parlamentar, a MP 410/07 provocou divergências dentro do movimento dos trabalhadores rurais por ter sido proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade de tradição na defesa dos direitos dos agricultores.

José Nery, que é presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), afirmou que a MP abre enorme possibilidade de transgressão a uma legislação que vem tentando se firmar no combate à informalidade do emprego no campo.

– Essa MP não ajuda. Estamos buscando um diálogo com a Contag porque, com a medida, as empresas sempre poderão ter um contrato de trabalho precário para demonstrar que uma atividade que se iniciou há quatro ou seis meses, começou há apenas 40 dias – argumentou.



Paim divulga datas de audiências que irão abordar, entre outros temas, o Estatuto da Igualdade Racial e comunidades quilombolas

Ciclo de debates abordará questões do povo negro

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará uma série de encontros ao longo do mês de maio para discutir questões relacionadas ao povo negro. O anúncio foi feito pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

No dia 8, haverá duas audiências públicas. A primeira para discutir todos os projetos de lei relativos à questão do negro, a legislação de reserva de cotas, o projeto de Estatuto da Igualdade Racial e ainda os 120 anos da Abolição da Escravatura. A segunda audiência será sobre a lei que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira” (Lei 10.639/03).

No dia 13, o Senado realiza uma sessão especial de homenagem aos 120 anos da abolição não conclu-

sa, em referência ao fim oficial da escravidão no Brasil. Em 15 de maio, o tema da discussão será projeto da senadora licenciada Marina Silva que concede anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, e demais participantes do movimento ocorrido em 1910 no Rio de Janeiro (PLS 45/01). Também será discutido o motivo pelo qual o feriado da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares e comemorado em várias cidades do país em 20 de novembro, ainda não se transformou em feriado nacional.

Um debate com representantes de todas as seitas religiosas para discutir os preconceitos contra as religiões acontecerá no dia 21 de maio e, no dia 29, serão debatidas as políticas do governo Lula para as comunidades quilombolas.

PLENÁRIO

Paim cobra maior rapidez em votações

O trancamento da pauta de votações do Senado por medidas provisórias levou o senador Paulo Paim (PT-RS) a criticar o atraso das votações de vários projetos que considera importantes. Ele citou como exemplos o projeto de lei da Câmara (PLC 42/07) que trata da política de reajuste do salário mínimo, o projeto de lei do Senado (PLS 58/03) que garante aos aposentados e pensionistas o direito de receberem o número de

salários mínimos que recebiam à época da aposentadoria e o PLS 296/03, que extingue o fator previdenciário do cálculo das aposentadorias.

Paim lembrou ter apresentado, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), emenda ao PLC 42/07 estendendo aos aposentados e pensionistas o mesmo reajuste do salário mínimo.

– Esta Casa tem que votar. É impossível que esta Casa não delibere sobre matéria que está

na pauta. O único apelo que faço é que votemos, cada um com a sua consciência, a favor ou contra os projetos que estão aí – clamou.

O senador afirmou que os aposentados tiveram seus benefícios reduzidos em cerca de 40% entre 1994 e 2004 devido à inflação. Nos últimos dez anos, acrescentou, dobrou o número de aposentados e pensionistas que ganham apenas um salário mínimo.

Para João Pedro, royalties devem ir para a educação

O senador João Pedro (PT-AM) anunciou que pretende apresentar um projeto alterando a Lei 7.990/89, que trata da compensação financeira devida aos estados, municípios e Distrito Federal pelo resultado da exploração de petróleo e gás natural, entre outros. Em sua opinião, os royalties devidos pela atividade precisam beneficiar de forma uniforme todas as unidades da Federação, que assim teriam uma fonte adicional de recursos para investimentos em educação.

– Há necessidade de olharmos com mais cuidado para um novo contexto de atuação da Petrobras, a partir da descoberta de novas reservas de petróleo e gás, com o campo de Tupi – disse João Pedro, referindo-se à jazida localizada na plataforma continental, na área da Bacia de Campos (RJ).

Em aparte, Marco Maciel (DEM-PE) lembrou que grande parte dos percentuais previstos não são liberados pelo governo.



João Vicente Claudino pede mudanças no sistema educacional do país

Claudino quer mão-de-obra especializada

João Vicente Claudino (PTB-PI) defendeu mudanças no sistema educacional brasileiro para estimular a preparação de mão-de-obra especializada, o que alavancará o crescimento do país.

– O baixo nível de escolaridade vem prejudicando os planos de expansão das empresas – afirmou o parlamentar.

Cristovam defende pressa na votação do piso de professor

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu pressa à Câmara dos Deputados na aprovação do projeto (PL 7.431/06) que cria o piso salarial dos professores. Apresentado há cinco anos por Cristovam à Mesa do Senado na forma do PLS 59/04, a matéria foi aprovada na última quarta-feira na Comissão de Finanças da Câmara e deve ser votada pelo Plenário daquela Casa.

O senador disse que o maior entrave para uma rápida aprovação dessa matéria, que beneficiaria 1,6 milhão de professores, são as 14 medidas provisórias que travam a pauta da Câmara.

– Deixo aqui um apelo ao presidente da República, para que peça urgência na aprovação desse projeto. Não podemos deixar que isso demore. Se a liderança da Câmara pedir urgência, tem o prazo fixo, determinado, de, no máximo, 45 dias – afirmou Cristovam.

Suplicy: guerra do Iraque já custa US\$ 3 trilhões

Com base em artigo do Prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou quarta-feira contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, iniciada há cinco anos. De acordo com Suplicy, Stiglitz estimou, em novembro passado, que os custos da invasão atingiam US\$ 2 trilhões. Em entrevistas recetadas o economista já fala em US\$ 3 trilhões, o que demonstraria a irracionalidade da ação norte-americana.

Stiglitz trabalhou com a pesquisadora Linda Bilmes, da Universidade de Harvard, para levantar as despesas não reveladas ou aquelas não levadas em consideração pelo governo George Bush. Os números do Executivo situavam-se em US\$ 500 bilhões. Para o Congresso americano, o custo da guerra estaria naquele momento (novembro) em US\$ 1,5 trilhão.

As estimativas oficiais não consideram os custos crescentes de recrutamento, como o paga-

mento de prêmios individuais de incorporação de US\$ 100 mil; os benefícios por incapacidade adquirida na guerra; os gastos de reposição dos equipamentos militares; a carestia provocada pelos preços do petróleo; os efeitos das incertezas sobre os investimentos; e as dificuldades de colocação dos produtos norte-americanos no exterior devido a retaliações a Washington.

Para o Prêmio Nobel, é absurdo o volume de recursos consumido na guerra quando o país precisa investir em educação e inovação tecnológica. “Por uma lasca desses US\$ 2 trilhões, conseguiríamos garantir acesso à educação superior a todos os americanos habilitados.”

Suplicy também condenou a guerra como recurso para vencer disputas. Ele citou Martin Luther King Jr, líder na luta pelos direitos civis dos negros, para quem “uma nação que gasta mais dinheiro em armamento militar do que em programas sociais se acerca da morte espiritual”.

Tuma comemora elogio da ONU ao Portal do Orçamento Siga Brasil

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) comemorou quarta-feira o elogio da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Portal do Orçamento do Senado, conhecido como Siga Brasil.

A menção de louvor foi publicada em relatório conjunto da ONU, da União Inter-Parlamentar e do Centro Global de Tecnologias de Informação e

Comunicação no Parlamento. O Siga Brasil foi considerado como modelo de uso da internet para promover a transparência, fiscalização e controle do governo pela sociedade.

– O reconhecimento e endosso dessa magnitude projetam para o Senado a imagem de uma instituição comprometida com a transparência e a ética – disse Tuma.

Virgílio denuncia desvio de recursos no Amazonas

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) denunciou quarta-feira, em Plenário, desvio de R\$ 18 milhões dos cofres públicos do Amazonas para obras fantasmas na região do Alto Solimões. Segundo ele, o Ministério Público Estadual investiga o pagamento antecipado, à construtora Pampulha, por obras como asfaltamento e pavimentação, que deveriam beneficiar 175 mil pessoas, mas que não foram realizadas.

O parlamentar também apontou indícios de fraude no processo licitatório e disse que o secretário de Infra-Estrutura do estado foi afastado do cargo devido às denúncias, assim como os técnicos

e engenheiros responsáveis pela obra. Todos responderiam, disse, perante o MPE, entre outras acusações, por violação aos princípios da administração pública. O órgão determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos envolvidos, bem como o seqüestro dos bens da empresa Pampulha, sob suspeita de enriquecimento ilícito, afirmou.

Segundo Virgílio, o caso é apenas uma das irregularidades que estariam marcando a administração Eduardo Braga (PMDB).

O senador João Pedro (PT-AM) expressou o desejo de que esse caso seja rapidamente esclarecido.

Osmar Dias cobra seguro para produtores

Osmar Dias (PDT-PR) cobrou do governo federal que faça valer a Lei 10.823/03, que instituiu o sistema de seguro para os produtores rurais. Segundo advertiu, a venda da produção

brasileira de alimentos no mercado internacional, por meio das commodities, pode cair com a crise iniciada no setor imobiliário dos Estados Unidos e que já se alastra por outros países.

Mão Santa critica política de juros

A política de juros do governo Lula, “voltada para a universalização do consumo”, recebeu críticas de Mão Santa (PMDB-PI). Para o senador, o financiamento de longo prazo é um “lance populista” do governo, e também

um fator de enriquecimento dos bancos, “que lucram cada vez mais com juros nos longos prazos oferecidos”. Mão Santa também pediu o fim do veto ao reajuste dos benefícios dos aposentados.

Alvaro: governo “copia” projetos de parlamentares

O governo “rouba projetos dos parlamentares” para apresentá-los como sendo de sua iniciativa e por meio de medidas provisórias, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo o senador, o governo Lula copiou, por exemplo, projeto de sua autoria, apresentado em 2002, que prorroga o prazo para que trabalhadores rurais autônomos reivindiquem aposentadoria por idade junto ao INSS.

INTERNET EM RORAIMA - Graças a programa do Ministério das Comunicações, todos os municípios de Roraima vão receber telecentros, com 11 computadores ligados à internet de alta velocidade, impressoras e outros equipamentos, até 30 de junho, informou Augusto Botelho (PT-RR). Cada telecentro terá um técnico para orientar e ajudar os usuários, que nada pagam para usar os serviços. A população vai também receber cursos de computação.

AMEAÇA DE MORTE - Denúncia sobre o envio de carta anônima ao líder político do PSOL de Unaí (MG) Paulo Melo, ameaçando-o de morte, foi feita por José Nery (PSOL-PA). O senador disse que Paulo Melo é integrante de um jornal local que cobra providências das autoridades para a impunidade que têm favorecido criminosos rurais contratados por latifundiários, e é também fiscal do trabalho, tendo denunciado práticas ilegais nas contratações de empregados para as fazendas locais.

ANTOLOGIA - A importância da antologia *Poetas do Brasil - uma seleção bilingue* para a divulgação da cultura brasileira no exterior foi destacada por Marco Maciel (DEM-PE). A edição é de 2004 e foi preparada conjuntamente pela Luso Brazilian Books, editora da universidade norte-americana Brigham Young University, e pela editora da Universidade Federal da Bahia. O material foi traduzido pelo crítico literário Frederick G. Williams, que coletou poemas escritos entre os séculos 16 e 20.

DESMATAMENTO - Em 19 municípios de Mato Grosso inicia-se “um clima de desobediência civil”, em razão da Operação Arco de Fogo, montada para fazer cumprir as restrições ao desmatamento previstas no Decreto 6.321/07, alertou Jayme Campos (DEM-MT). “Ninguém está aqui defendendo o desmatamento desordenado, mas a edição do decreto e a truculência da Polícia Federal e da Guarda Nacional têm levado as comunidades a muita incerteza e insegurança jurídica”, declarou.

Voz do Leitor

BEBIDAS

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei que estipule a redução dos impostos pagos por todo comerciante que não vender bebidas alcoólicas.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

ESCOLARIDADE

“Se para participar de um concurso público é exigido o mínimo de escolaridade fundamental, por que, para as eleições municipais, não é exigido também o mínimo de escolaridade para se candidatar?”

José Dutra de Sousa, de Paulista (PB)

CONTROLE DA NATALIDADE

“Proponho aos senadores e deputados que criem e aprove uma regulamentação para o salário-maternidade, como já existe para outros programas sociais, estabelecendo que só têm direito ao benefício famílias com até dois filhos. É importante colocar em prática um programa de conscientização quanto ao planejamento familiar. O crescimento demográfico desordenado se dá junto à população carente devido ao salário-maternidade.”

Luís Silva Araújo, de Damião (PB)

CURRAL ELEITORAL

“Infelizmente, no meu estado, acontece algo que não deveria acontecer: os favores políticos. Os deputados – estaduais e federais – indicam obras de reformas em prédios escolares para serem executadas pela Secretaria Estadual de Educação. Em troca, os diretores das escolas beneficiadas levam esses políticos até a sua escola e os apresentam aos pais. Estes, não sabendo da realidade, se sentem na

obrigação de votar naqueles nomes, seguindo o modelo do velho curral eleitoral. E o que é gritante é que essas escolas são as que registram os piores indicadores na prova do Sistema Mineiro de Avaliação, o Simave.”

Eduardo Amorim Silva, de Teófilo Otoni (MG)

MEDIDA PROVISÓRIA

“Quando o Senado vota uma medida provisória, está votando a favor do Brasil. Agora, o incrível é que, como de costume, a oposição sempre vota contra. Por isso alguém já disse que toda oposição é irresponsável.”

José Osivan Barbosa, de Jatobá (PE)

VIOLÊNCIA

“O país enfrenta uma verdadeira guerra civil urbana, mas as autoridades continuam sem tomar as providências necessárias. Enquanto isso, o presidente da República anda de carro importado e blindado e os cidadãos comuns ficam à mercê das balas perdidas.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

PREVIDÊNCIA

“Parabéns ao senador Paulo Paim por sua luta pela extinção do fator previdenciário.”

Maria Cleonice Abnaim, de Praia Grande (SP)

CARTÃO DE CRÉDITO

“As prestadoras de cartão de crédito, além de praticarem juros exorbitantemente altos, ainda contam com a falta de rigor do Procon e do Poder Judiciário. Enquanto isso, os brasileiros continuam sendo explorados pelas prestadoras.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao senador

Mauro Barbosa da Silva, Pindobaçu (BA)

“A resistência de alguns políticos quanto à transposição do rio São Francisco seria porque a água não vai chegar aonde está planejado ou porque vai acabar com a indústria do voto em troca de água?”

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) responde:

Não creio que aqueles que se opõem à transposição o façam para tirar proveito pessoal, mas sim porque se preocupam com a situação do rio. Você deve saber que essa bacia enfrenta hoje sérios problemas, e, por isso, o mais importante agora é sua revitalização, antes da transposição. Outro ponto que levanta questionamentos é o custo da obra, que considero muito elevado. Acredito em programas alternativos para atender à população do semi-árido, como poços artesianos, que sairiam muito mais baratos.



Agora é lei

Mercado de trabalho fica mais acessível

Todo empregador agora está impedido de exigir experiência superior a seis meses para candidatos a emprego. O limite consta de acréscimo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Pela Lei 11.664/08, “para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade”. No Senado, a proposta – do deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE) – teve como relator Demostenes Torres (DEM-GO), para quem a exigência de experiência profissional tem sido uma barreira para o funcionamento socialmente justo do mercado de trabalho. Segundo o senador, há vários relatos de pessoas preteridas em disputa por emprego devido à exigência de cinco anos de experiência. O jovem, que se inicia no mercado apenas com sua formação escolar, técnica ou acadêmica, fica prejudicado com tais exigências, que tornam inviável sua habilitação ao emprego mais qualificado, acentua o relator. Para Demostenes, a seleção de qualquer candidato a uma vaga poderá considerar vários elementos, além da idade e do tempo de experiência. Já a fixação de um limite mínimo de seis meses de experiência, embora possa ser avaliada como insuficiente, é um parâmetro que aponta para maior inclusão da mão-de-obra jovem no mercado. Para o Ministério do Trabalho, a mudança também deverá vetar a exigência de experiência superior a seis meses para cargos de chefia ou para concursos públicos a cargos regidos pela CLT. Entre 1995 e 2005, de cada cem jovens com idade para trabalhar, apenas 45 encontraram ocupação. Os números são do professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Márcio Pochmann, atual presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No período, a taxa nacional de desemprego entre os jovens variou de 11,4%, em 1995, para 19,4% da população economicamente ativa, em 2005. Um incremento de 70% – bem superior aos 44% registrados para o restante da população. O estudo aponta a ineficácia de programas do primeiro emprego para explicar esse cenário. Estimativa da Delegacia Regional do Trabalho paulista, por exemplo, demonstra que 40% das empresas ainda não cumprem a Lei do Aprendiz, de 2000. Pela lei, jovens com idade entre 14 e 24 anos devem representar de 5% a 15% dos funcionários de médias e grandes empresas.

Frases

“A obstrução que a oposição faz neste momento é uma obstrução santa, santificada em razão da Semana Santa”

Garibaldi Alves, brincando com o fato de o Senado estar esvaziado na semana passada.

“Estamos de mãos atadas, pois não conseguimos avançar sem a quebra de sigilo”

Raimundo Colombo, presidente da CPI das ONGs, ameaçando “jogar a toalha”.

“Eu não admito que falem aqui que estamos brincando. Estou ouvindo isso há uma semana e não estou aqui para factóide”

Marisa Serrano, sobre comentário de que a CPI dos Cartões será “da tapioca, do bichinho de pelúcia, da miudeza”.

“Se tivesse sido um sanduíche do McDonald’s, pago no Rio ou em São Paulo, não teria tanto apelo quanto teve por ter sido tapioca”

Jorge Hage, ministro da CGU, sobre críticas ao ministro Orlando Silva, que pagou, em Brasília, uma tapioca com cartão.

“Se a oposição não estiver aberta, se não houver diálogo com a liderança, paciência. Nós iremos para o embate da forma que for preciso”

Romero Jucá, a Arthur Virgílio, para quem houve “esperteza ou rolo compressor do governo” na votação da TV Brasil.

“Ao reduzir a necessidade de manter as negociações políticas em torno do Orçamento, se tudo pode ser feito em medida provisória, o governo passa a concentrar poder [...]. Não existe democracia neste assunto, respeito às leis e consideração com o Congresso”

Sérgio Guerra, criticando o excesso de medidas provisórias.

“Vamos olhar para os espanhóis com raiva, mas como se fosse um espelho da nossa elite, e vamos reconhecer que fazemos o mesmo que os espanhóis”

Cristovam Buarque, sobre o tratamento dado aos brasileiros na Espanha e no próprio Brasil.

Foto da Semana

Qual é a diferença entre uma tapioca e um sanduíche do McDonald’s? A questão foi abordada pelo ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage (2º à esq., ao lado da senadora Marisa Serrano e do deputado Luiz Sérgio), na CPI dos Cartões Corporativos. Jorge Hage atribuiu ao preconceito as críticas feitas ao ministro do Esporte, Orlando Silva, que usou o cartão para comprar uma tapioca, comida nordestina



JOSE CRUZ

Na rádio, a polêmica da transposição

O especial *Rio São Francisco – Transposição de água e de polêmica*, da Rádio Senado, alinha os principais argumentos contrários e favoráveis à transposição de águas do rio, assunto que tem dividido opiniões e gerado intensos debates no Congresso. As obras já estão em andamento e têm a meta de integrar o rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. Para isso, serão construídos canais com uma extensão total de 720km. A empreitada custará cerca de R\$ 4,5 bilhões e deverá ser concluída, segundo os planos do governo, em 2010.

É um empreendimento de vulto e de grande impacto. Quem é a favor diz que cerca de 12 milhões de brasileiros, como os habitantes dos sertões de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, serão beneficiados. Quem é contra diz que a transposição poderá levar ao colapso do rio, já prejudicado por anos de exploração.

O programa vai ao ar nesta sexta-feira, às 18h, com reprise no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h. Também pode ser ouvido na página da Rádio Senado na internet (www.senado.gov.br/radio).



FÁBIO POZZEROM/ABF

Para integrar o rio São Francisco a outras bacias do semi-árido será feita a retirada contínua de 1,4% da vazão mínima garantida na foz

Exame da OAB: necessário ou discriminatório?

A proposta de extinção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), hoje exigido para a concessão de registro a advogados, está sendo discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 186/06) já foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, com a participação de representantes do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito – que considera a avaliação desnecessária e discriminatória – e de dirigentes da OAB, que consideram o exame necessário para “avaliar conhecimentos básicos mínimos de quem pretende exercer a pro-

fissão”. A matéria ainda aguarda parecer do relator na Comissão de Justiça.

O que é Exame de Ordem, os critérios de avaliação, o grande número de cursos de Direito no país e o fato de esse tipo de comprovação do conhecimento ser exigido de apenas uma categoria de profissionais são alguns aspectos que vão ser debatidos no programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia, na Rádio Senado, com senadores favoráveis e contrários à proposição e, também, com representantes da OAB e do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito.

DEFENSOR PÚBLICO – No programa *Fique por Dentro da Lei*, que a Rádio Senado transmite nesta terça-feira, às 8h30, o defensor público Bruno Nolasco de Carvalho, do Tocantins, vai falar sobre guarda e sustento de filhos de pais separados após união estável, e sobre a regulamentação do direito de visita. O defensor responderá a questão da ouvinte Raimunda Barreira da Cruz, de Lizarda (TO), que gostaria de conviver com os filhos.

CRISE AMERICANA – O ex-ministro da Agricultura Pratini de Moraes é entrevistado no programa *Senado Economia* desta segunda-feira, às 8h30, na Rádio Senado. Pratini comenta a crise financeira nos Estados Unidos e seu impacto sobre os mercados globais, especialmente sobre as exportações brasileiras. O ex-ministro também comenta o fato de a Europa estar retomando, pouco a pouco, a compra de carne produzida no Brasil.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife (55), Manaus (57) e São Paulo (64).

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

PRODASEN

Assinado acordo para integração tecnológica

A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) participa de acordo de cooperação com órgãos da administração pública para facilitar a cooperação técnica, o intercâmbio e a integração de dados, de informações e de soluções de tecnologia da informação entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) representou o presidente

do Senado, Garibaldi Alves, na solenidade de assinatura do convênio. Também participaram da cerimônia a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie; o ministro da Justiça, Tarso Genro; e os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles; do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Barros Monteiro; do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Flávio Lencastre; e do Tribunal

Superior do Trabalho (TST), ministro Rider Nogueira de Brito. Estiveram ainda na solenidade o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Rodrigues; o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage Sobrinho; e o representante da Advocacia Geral da União (AGU), Evandro Gama.

As entidades que assinam o termo formam a Comunidade de Gestores de Tecnologia da Informação (TI) aplicada ao controle da Gestão Pública. O objetivo do convênio é construir canais de comunicação entre os órgãos para facilitar o tráfego de informações na área de tecnologia da informação, com a finalidade de melhorar o controle da administração pública.

O acordo coincide com a missão do Prodasen de trabalhar em benefício da sociedade brasileira e de prover e gerir soluções de tecnologia da informação e de comunicação para o Senado Federal.



Romeu Tuma representou o presidente do Senado na solenidade de assinatura do acordo entre Legislativo, Executivo e Judiciário

Abertas matrículas para cursos do Interlegis

Estão abertas as matrículas para 15 cursos oferecidos pelo Interlegis. As aulas, *on-line*, começam em 1º de abril e utilizam o *software* livre Moodle, que permite ao aluno o acesso aos conteúdos, exercícios, *chats* e fóruns de discussão. O aprendizado é acompanhado por tutores e especialistas de conteúdo.

Os cursos, gratuitos, serão ministrados nos meses de abril e maio. Quem obtiver bom aproveitamento nos exercícios e atividades propostas pelos tutores receberá certificado de participação.

São os seguintes os cursos: Busca da Qualidade; Instituições de Controle Orçamentário; Introdução à Lei de Responsabilidades Fiscais; Introdução ao Ensino a Distância; Introdução ao Jornalismo Legislativo; Introdução ao Orçamento Público; Lei de Responsabilidades Fiscais – Avançado; Lei de Responsabilidades Fiscais – O planejamento da Receita e da Despesa; Licitações e Contratos; Noções Básicas de Administração; Orçamento Público; Prática de Orçamento Público; Pregão Eletrônico; Técnicas de Oratória; e Técnicas de Processo Legislativo.

Qualquer cidadão pode se matricular. Outras informações podem ser obtidas pelo *e-mail* saberes@interlegis.gov.br ou pelos telefones 61 3311-2553 e 61 3311-2552.

ILB e Rádio Senado lançam CD do *Prosa e Verso*

Para marcar os 11 anos de ações nas áreas de educação, cultura e cidadania, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) lançou o CD do programa *Prosa e Verso*, realizado em parceria com a Rádio Senado e direcionado a estudantes do ensino médio, vestibulandos e, especialmente, a pessoas com deficiência visual.

A primeira tiragem do CD será distribuída em escolas públicas do Distrito Federal que atendem deficientes visuais. Também receberão o CD associações, rádios comunitárias, organizações não-governamentais (ONGs) e entidades voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência. As primeiras cópias foram entregues ao primeiro-secretário do Senado, Efraim Moraes, e ao diretor-geral da Casa, Agaciél Maia, durante a abertura do ano letivo 2008.

Prosa e Verso está há quatro anos no ar. Com um formato que mistura literatura e dramaturgia em linguagem divertida e de fácil aprendizado, o programa aborda a vida e a obra de autores estudados no ensino médio e que são temas nos vestibulares. Por meio da Rádio Senado ondas curtas, o *Prosa e Verso* chega também às populações mais afastadas das regiões Norte e Nordeste.

Os interessados em adquirir o CD devem procurar o ILB, pelo *e-mail* ilb@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3394. O conteúdo do CD também pode ser baixado pela internet no site da Rádio Senado. O endereço é www.senado.gov.br/radiosenado.

Presidência



Deputado e embaixadora da Suécia visitam o Senado

O presidente do Parlamento sueco, deputado Per Westerberg, e a embaixadora da Suécia no Brasil, Annika Markovic, visitaram o Senado na tarde da última terça-feira e participaram da sessão que comemorou o Dia Mundial da Água. Eles foram recebidos pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, após visita ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Garibaldi louvou a presença no Plenário do representante sueco, que busca a intensificação dos laços entre os dois países nas áreas de energia e meio ambiente. A visita ocor-

reu no momento em que os senadores debatiam o que o presidente da Casa chamou de “o desafio da água”, que, em sua avaliação, é uma das grandes questões da atualidade.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou Per Westerberg. Além de ressaltar as boas relações entre o Brasil e a Suécia, Suplicy lembrou que a primeira conferência mundial sobre meio ambiente realizou-se naquele país, em 1972.

Em seguida, os dois visitantes se retiraram do Plenário acompanhados dos senadores Suplicy, Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu na terça-feira, em seu gabinete, o embaixador da Líbia, Salem Omar Abdullah Al Zubaidi. O principal tema do encontro foram as relações comerciais entre Brasil e Líbia. Garibaldi recebeu do embaixador convite para visitar a Líbia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino de Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Nem todo bicho pode ser de estimação

A criação e comercialização de animais silvestres como bichos de estimação exigem cuidados e devem seguir critérios legais. Criadouros comerciais ou comerciantes com registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) são a saída para adquirir um animal silvestre com segurança e dentro da lei. Sem a autorização, trata-se de crime com pena de detenção e multa. Veja nesta edição como funcionam as regras para criar e comercializar os bichos.

Cuidados para criação de animais silvestres

No início deste mês, o Ibama divulgou uma lista com 51 espécies de pássaros e três de répteis que podem ser criadas e comercializadas como animais de estimação. Na relação estão exemplares como a graúna, o papagaio verdadeiro, o tucano, o tico-tico e a iguana. Até 6 de abril, a lista estará disponível para consulta pública (www.ibama.gov.br) e, no início de maio, após o órgão analisar as sugestões de inclusões e exclusões de espécies, será divulgada nova listagem.

Segundo recomendações do Ibama, quem quer ter um animal silvestre em casa deve se responsabilizar por tratá-lo de forma correta, oferecendo alimentação adequada, água de boa qualidade, cuidados veterinários e sanitários, abrigo e respeito à individualidade e às características da espécie. O abandono de animais, alerta o órgão, causa

prejuízos à agricultura e à saúde pública, com grande ônus ao Estado. Caso você tenha um animal silvestre, não o solte simplesmente. Entre em contato com o órgão ambiental local.

É crime manter animais silvestres em cativeiro se a origem dos bichos não estiver devidamente

documentada mediante nota fiscal emitida pelo comerciante ou pelo criadouro que tem autorização do Ibama para reproduzi-los em cativeiro. Na nota fiscal deve

constar o nome científico e popular do animal, o tipo e o número de identificação individual. Quem não cumpre a lei está sujeito a pena de detenção de seis meses a um ano e multa. A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) determina ainda que a pena é aumentada de metade se o crime é praticado contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, entre outras hipóteses.

Manter animais em cativeiro sem documentação é crime e pode levar à prisão

Ibama recebe denúncias e animais sem origem legal

De acordo com orientações do Ibama, pessoas que compraram animais silvestres de traficantes ou contrabandistas, em estradas, depósitos, feiras livres ou por encomenda têm a opção de procurar voluntariamente o órgão para entregar os bichos sem sofrer penalidades. Mas se optarem por manter os animais sem origem legal e forem denunciadas estarão sujeitas à aplicação da lei.

A recomendação é sempre denunciar os traficantes ao órgão ambiental local e, mesmo que você fique penalizado com a situação do animal, nunca o compre, pois essa ação somente

incentiva o tráfico. Os animais apreendidos pelo Ibama são:

✓ libertados em seu *habitat* natural, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre;

✓ entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados; ou

✓ confiados a um fiel depositário, que, ao assinar um termo legal de compromisso junto às autoridades, recebe a guarda de um animal apreendido, fornecendo-lhe um lar e cuidados por toda a sua vida.



Arara-canindé, uma das espécies que mais interessam ao comércio ilegal de aves

WALDEMAR BARRETO

Os animais que podem ter criação autorizada

1. Aves

Anacã
Araçuaivava
Arara-vermelha-grande
Araracanga
Arara-canindé
Ararajuba
Ararinha-do-buriti
Azulão-da-Amazônia
Azulão-verdadeiro
Bicudo
Bigodinho
Canário-da-terra
Cardeal
Caturrita
Coleiro-baiano
Curica-verde
Curió
Graúna
Jandaia (*Aratinga auricapilla*)
Jandaia (*Aratinga solstitialis*)
Jandaia-de-cabeça-azulada
Jandaia-verdadeira
Jandaia-de-cabeça-negra
Jandaia-estrela
Maitaca
Maitaca-roxa
Maitaca-verde
Maracanã
Maracanã-de-cabeça-azul
Maracanã-de-colar
Maracanã-guaçu
Maracanã-pequena
Marianinha-de-cabeça-amarela
Papa-capim
Papagaio-verdadeiro
Papagaio-do-mangue
Periquito-maracanã
Periquito-da-caatinga
Periquito-de-asa-amarela
Periquito-de-asa-dourada
Periquito-de-encontro-amarelo
Periquito-estrela
Periquito-de-asa-azul
Periquito-de-cabeça-preta
Sabiá-laranjeira
Tempera-viola
Tico-tico
Trinca-ferro-verdadeiro
Tucano
Tuim-santo

2. Répteis

Iguana
Lagarto-preguiça
Papa-vento

Portaria define regras para legalização de criadouros

Atualmente, a Portaria 118/97 do Ibama determina que o interessado na criação comercial de animais silvestres deve protocolar carta-consulta na superintendência do Ibama onde pretende instalar o empreendimento. O croqui da localização do criadouro e a relação com os nomes populares e científicos das espécies e sua procedência são algumas das informações a serem prestadas pelo futuro criador.

Aprovada a carta-consulta, o interessado deverá protocolar projeto complementar dentro de 90 dias com informações mais detalhadas sobre as espécies, as condições sanitárias

e de alimentação que serão garantidas aos animais silvestres, entre outras exigências. A comercialização obedece à Portaria 117/97 do instituto.

Documentos necessários para transportar animais silvestres legalmente:

✓ licença de transporte emitida pelo Ibama;

✓ documento de origem do animal ou o termo de depósito do Ibama;

✓ Guia de Trânsito Animal (GTA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quando se tratar de transporte interestadual, que pode ser emitida por um veterinário autorizado pelo ministério.

Amador, ambientalista ou comerciante precisa de licença

Para iniciar uma criação de pássaros, é preciso definir primeiro o seu objetivo. Se for para fins comerciais – venda de filhotes –, devem ser seguidas as normas da Portaria 118/97 do Ibama. Se a destinação for a conservação de espécies apreendidas, as regras estão previstas na Portaria 139/93 do órgão.

Mas se a finalidade for a criação amadorista, para participação em torneios de canto e a transferência de pássaros entre criadores sem fins comerciais, é preciso obter a licença com um cadastro que pode ser feito no [link www.ibama.gov.br/sispass](http://www.ibama.gov.br/sispass), conforme a Instrução Normativa 1/03. A senha deve ser retirada pessoalmente nas unidades do Ibama. Caso não

possa comparecer pessoalmente, o interessado deve nomear um procurador.

A licença – que tem validade anual e vence em 31 de agosto – deve ser adquirida antes da compra do pássaro. É essencial que a ave tenha como origem um outro criador amadorista ou um criador comercial que esteja em situação regular junto ao Ibama. Também é necessário observar quais pássaros podem ser criados (anexo I da Instrução Normativa 1/03). O Sistema de Cadastro de Criadores Amadoristas de Passeriformes (Sispass) não é um mecanismo de regularização de pássaros. É ilegal capturar aves na natureza para mantê-las como animais de estimação.

Saiba mais

Endereços das unidades do Ibama no Brasil:
www.ibama.gov.br no link "Ibama nos estados".

Lista dos criadouros comerciais: www.ibama.gov.br/fauna/criadouros/comerciais.pdf

Lista de comerciantes de fauna e produtos:

www.ibama.gov.br/fauna/criadouros.pdf

Legislação
www.ibama.gov.br/sispass/legislacao/ln01-03.pdf
www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/port_118_97.pdf
www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/port_117_97.pdf
www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/port_139_93.pdf